

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

“AGORA DEUS VAI TE PEGAR LÁ FORA”: UM ROMANCE-TESTEMUNHO.

NATÁLIA FAGUNDES AZEVEDO

JAGUARÃO

2017

NATÁLIA FAGUNDES AZEVEDO

“AGORA DEUS VAI TE PEGAR LÁ FORA”: UM ROMANCE-TESTEMUNHO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História Integral-
Universidade Federal do Pampa-Campus-
Jaguarão como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciatura em História.

Orientador (a): Cássia Daiane Macedo da
Silveira

**Jaguarão
2017**

TERMO DE APROVAÇÃO

NATÁLIA FAGUNDES AZEVEDO

AGORA DEUS VAI TE PEGAR LÁ FORA: UM ROMANCE-TESTEMUNHO.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura em História Integral-
Universidade Federal do Pampa-Campus-
Jaguarão como requisito parcial para obtenção
do Título de Licenciatura em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof.ª Dr.ª Cássia Daiane Macedo da Silveira

Orientadora

UNIPAMPA

Prof.ª Dr.ª Renata Dal Sasso Freitas

UNIPAMPA

Prof.ª Dr.ª Alessandra Gasparotto

UFPEL

AGRADECIMENTOS

Ao lembrar do início do curso que este sonho parecia distante, a primeira vez longe de casa, em uma cidade que desconhecia, que sempre me recebeu muito bem, mas o dia tão esperado chegou da finalização da monografia, não seria possível sem a compreensão, apoio e amor de várias pessoas.

Devo agradecer primeiramente a Deus, e a minha família como um todo por suas palavras de apoio, incentivo, ajudando como podiam. Contudo e a mais importante foi a minha mãe pelo apoio e por ser minha melhor amiga, por sempre estar me incentivando, sendo minha base, para que eu não desistisse. Meu muito obrigado mãe e a ti dedico este trabalho. E ao meu pai, que é de extrema relevância para este trabalho, obrigado por nunca ter desistido e sempre me apoiado e ajudado com o que podia.

Agradeço também a minha irmã pelo incentivo e apoio, com suas palavras duras e sinceras mostrou todo seu apoio e amor. As minhas tias não posso deixa-las de agradece-las a minha Tia Lúcia por sempre estar me incentivando, meu socorro nas horas ruins, por sempre me escutar, a minha Tia Cuca pelo apoio e pelo carinho, a Tia Tina por sempre me ajudar com qualquer dúvida em relação ao TCC, e a minha Tia Gina por sempre me apoiar e ajudar a manter a calma. As minhas primas Daniela, Gabriela, Luíza, Thayane e Thayse pelo carinho e por me incentivarem, em especial as irmãs Thayane e Thayse por ser muito nervosa sempre me acalmavam e diziam para respirar e que ia dar tudo certo. Ao meu avô por gostar de estudar História, e as diversas discussões que tivemos sobre os fatos históricos em especial a História do Rio Grande do Sul e do Brasil.

As minhas amigas Alessandra, Aline, Lucimara e Nathália Godoy por sermos o quinteto fantástico, estudamos juntas desde a escola e agora nas faculdades espalhadas pelo Rio Grande do Sul pelo apoio, por sempre comemorarmos as nossas conquistas juntas e sempre que possível se reencontrar, mesmo estando longe no caso da Aline estando muito longe sempre conversando pelas redes sociais e tentando manter o máximo de contato. Rumo a Colação de Grau todas, espero que todas nós se formem até 2020.

Também ao Roberto Marimon que desde que iniciei esta pesquisa me ajudou com materiais, contato com os presos políticos da cidade, também me explicou sobre a cadeia militar, obrigado por suas grandes contribuições a este trabalho.

Ao seu Wilson e a Dona Maria por me receberem tão bem nesta cidade maravilhosa, e por me ajudarem sempre que possível.

Aos meus amigos e colegas em Jaguarão. Tatiane por ser minha melhor amiga na cidade, por compartilhar os momentos difíceis longe da família e sempre me convidar para longas caminhadas, e me distrair quando estava com saudade de casa. A Kenya, Camila, Juliana Jung Muller e a Milena Ogawa feministas e companheiras do Coletivo Margaridas meu muito obrigado por me incluírem me incentivarem neste universo feminista. A Bruna, Shirley e Mayara e seus companheiros (a) em especial neste último ano por me receberem tão bem em sua casa sempre que eu precisava, meu muito obrigada.

Aos restantes dos colegas de curso e da turma Bruno, aqui também cito a Bruna novamente, por ser minha colega de turma, o Edgar sempre quando precisava que me respondesse alguma dúvida respondia de forma correta e nunca reclamou, me socorrendo sempre que precisava enviar algo para Jaguarão quando não estava, sempre atencioso, Lísia, Nelson, Renata e Rosana pelo apoio e compreensão, principalmente nas apresentações minha maior dificuldade, e nenhum momento reclamaram do meu nervosismo e sempre ajudaram o máximo que podiam.

Agradeço a todos professores desde o início do fundamental, em especial as professoras de História que fizeram eu amar esta disciplina Professora Geni Maria e Titita, e aos professores da universidade que fizeram parte da minha caminhada acadêmica.

A minha orientadora Cássia Daiane Macedo da Silveira, por me orientar e apoiar nos momentos difíceis, além do meu nervosismo em relação ao texto e principalmente a apresentação desta monografia.

Assim agradeço a todos que contribuíram para este trabalho. Seria impossível citar todas as pessoas que me ajudaram, mas espero ter conseguido abranger o máximo de pessoas possíveis que contribuíram para esta jornada.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a obra *Agora Deus Vai te pegar lá fora*, de Carlos Moraes, condenado a um ano de prisão na cidade de Bagé em 1972, por guerra psicológica adversa. O livro foi publicado no ano de 2004, escrito em primeira pessoa e é baseado em alguns fatos reais e outros de ficção. Esta pesquisa objetivou analisar o livro de Carlos Moraes, muito embora alguns trechos do processo localizado no “Projeto Brasil Nunca Mais” tenham contribuído para a compreensão do objeto. A análise da obra mostra as denúncias que levaram ao julgamento, seu sacerdócio e sua detenção no quartel e prisão na cadeia civil junto aos outros presos. Para realizar esta análise foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o conceito de testemunho.

Palavras Chaves: Prisão; Sacerdócio e Testemunho.

RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo analizar la obra Ahora Dios Te va pegar allá, de Carlos Moraes, condenado a un año de prisión em ciudad de Bagé em 1972, por guerra psicológica adversa. El libro fue publicado en el año 2004, escrito en primera persona y basado en alguns hechos reales y otros de ficción. Esta investigación objetivó analizar el libro de Carlos Moraes, aunque algunos fragmentos del proceso localizado en el "Proyecto Brasil Nunca Más" han contribuido a la comprensión del objeto. El análisis de la obra muestra las denuncias que llevaron al juicio, su sacerdocio y su detención en el cuartel y prisión en la cadena civil junto a los otros presos. Para realizar este análisis se realizaron investigaciones bibliográficas sobre el concepto de testimonio.

Palabras Claves: Prisión; Sacerdocio y testimonio.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	8
CAPÍTULO 1. REFLEXÕES TEÓRICAS E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.	14
1.1 Literatura de testemunho: testemunho, ficção ou verdade?	14
1.2 Sacerdócio e a Teologia da Libertaçāo:	20
CAPÍTULO 2: “EM SE TRATANDO DE DITADURA NUNCA SE SABE”.	25
2.1 Processo, Provas e “Injustiça”.....	25
CAPÍTULO 3 – COMO SER “EDUCANDO” EM UMA CADEIA DO INTERIOR	37
3.1 Experiências de Carlos Moraes na Cadeia Militar e Civil.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	46
FONTES	50
REFERÊNCIAS:	50

INTRODUÇÃO:

O Trabalho de Conclusão de Curso representou, para mim, o primeiro contato com a pesquisa. Inicialmente tinha o objetivo de pesquisar, através de entrevistas orais, os presos políticos durante a Ditadura Civil-Militar em Bagé. Meu primeiro contato, chamado Roberto Marimon, foi ao longo da pesquisa de fundamental importância, pois serviu ao Exército ainda durante a Ditadura na cidade, e entre idas e vindas começamos uma amizade a partir da qual me trouxe informações novas. Como ele havia feito uma pesquisa inicial sobre os presos políticos informou-me dos nomes das pessoas e como poderia encontrá-las. Assim, com o nome de alguns indivíduos que haviam sido presos em Bagé, iniciei as entrevistas. Um dos entrevistados indicou o livro *Agora Deus vai te pegar lá fora*, de Carlos Moraes, um padre da cidade que foi condenado naquele período. Quando li o livro, sabia que a partir daquele momento meu TCC seria sobre Carlos Moraes: o livro é prazeroso de ler, rico de informações sobre o período da Ditadura Civil-Militar na cidade.

Carlos Moraes nasceu na cidade de Lavras do Sul no ano de 1941, no sul do Rio Grande do Sul, e é escritor e jornalista. Aos oito anos de idade, foi morar na cidade de Bagé, próxima à sua cidade natal. Filho de trabalhadores rurais, sua mãe foi professora e o pai trabalhador do campo. Escreveu *Lobisanjo* contos gaúchos, sobre a vida no campo, para o jornal *Correio do Povo* e depois resolveu tornar seus contos em um livro no ano de 1970 chamado *Lobisanjo Vida e Obra*. Assim, através de um amigo, conheceu um padre que influenciaria na sua decisão de se tornar um sacerdote, e aos quinze anos entrou para o seminário, estudando, nos próximos anos, Filosofia e Teologia. Em 1966, dois anos após o golpe de 1964, foi ordenado Sacerdote.

No ano de 1972, com seis anos de sacerdócio, foi condenado pela Justiça Militar da cidade de Bagé durante a Ditadura Civil-Militar, cujo presidente era o General Emílio Garrastazu Médici, nascido na cidade em que Carlos Moraes vivia desde sua infância, a um ano de prisão. Atualmente, reside em São Paulo e é colunista do jornal *A Folha* e *O Estado de São Paulo*, e escreveu diversos livros além dos citados acima. Entre suas outras obras, podemos citar *A vingança do Timão*, sobre a história de um pedreiro que treinou crianças de uma escola pobre para formar o timão, nome do time de futebol que criaram, para jogar contra o time da casa que consideravam rico; e a sequência do livro sobre o qual esta pesquisa nasceu, *Desculpem sou Novo Aqui*, em que o autor descreve sua nova vida na cidade de São Paulo após a libertação e seu desligamento dos seus votos como padre.

Como foi mencionado acima, o livro *Agora Deus vai te pegar lá fora* é o objeto desta pesquisa. Porém no decurso da investigação consegui localizar, ainda, o processo de Carlos Moraes no “Projeto Brasil Nunca Mais” (BNM). Tal processo contém 71 páginas e, por isso, procurei dar maior ênfase às provas da acusação e à defesa de Carlos Moraes, pois o autor menciona passagens do processo que a acusação considerava como provas, apesar de o autor não pensar ter cometido nenhum crime. O “Projeto Brasil Nunca Mais” foi o marco para a preservação das memórias sobre a Ditadura, tendo sido criado na década de 1980 com o “apoio do Conselho Mundial de Igrejas e Arquidiocese de São Paulo, com a coordenação do Rev. Jaime Wright e Dom Paulo Evaristo Arns.” No final da década de 1970, “advogados dos presos políticos sentiram-se à vontade para que copiassem os processos de seus clientes”. Assim a equipe do projeto, começou a copiar “secretamente os processos”, correspondentes ao período de 1964-1979. Através da análise dos processos após a redemocratização do país foram publicados os relatórios e o livro do mesmo nome (TELES, 2011, p. 467). Uma das características do projeto é utilizar os documentos oficiais do Estado nos quais os presos políticos denunciavam os abusos e as torturas perpetradas pelos militares, portanto o projeto busca comprovar a institucionalização da tortura como instrumento de investigação e repressão. No ano de 2011, decide-se ampliar a divulgação do projeto, criando um site para que qualquer pessoa, brasileira ou não, possa acessar os documentos retidos no site (BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL, 2011, p. 1).

Outra fonte é a entrevista de Carlos Moraes, composta de uma página, para a Editora Record, que serviu também para saber informações mais gerais a respeito de Carlos Moraes, como sua data de nascimento e que a cidade que nasceu era Lavras do Sul, não Bagé, mas que sua infância, adolescência e uma parte da vida adulta foram na cidade de Bagé. Esta entrevista foi feita pela editora com o intuito de divulgar o livro do autor.

A escolha deste tema surgiu da minha inquietação com o fato de a cidade ser militarizada, com muitos quartéis, um total de quatro, da Procuradoria de Justiça Militar e um hospital militar, sendo que a história oficial da cidade pouco menciona o passado sombrio dos militares durante a Ditadura Civil-Militar em que pessoas foram presas e torturadas. A partir disso, descobri os presos políticos da cidade: confesso que aprendi muito sobre a cidade, principalmente no aspecto militar e como ainda hoje as pessoas sentem medo de falar sobre o passado da Ditadura na cidade. A historiadora Caroline Bauer (2009) argumenta que talvez o maior legado da Ditadura Civil-Militar seja o “medo”. Para a autora os regimes autoritários que dominaram a América Latina a partir de 1964, tinham como característica o “medo” e o “terror”.

O tema dos presos políticos na cidade até hoje não mereceu um trabalho com maior fôlego. Janaína Martins Cordeiro (2014), em sua pesquisa sobre o Presidente Médici durante a Ditadura, foi um dos poucos pesquisadores que analisou a memória da cidade, sob o aspecto da Ditadura. Nesse sentido, percebi a importância deste trabalho, não só porque quase não houve nenhum trabalho sobre a memória da cidade sobre o último período ditatorial brasileiro, como também as diversas possibilidades de fontes, como os depoimentos orais, e o livro de Carlos Moraes, mas principalmente pela importância e reconhecimento das memórias destes presos que tanto foram negadas na cidade. Desde que decidi estudar esse tema, penso em uma divulgação deste trabalho não só no âmbito da academia, mas para que estas memórias finalmente sejam faladas e discutidas na cidade sem nenhum medo, como os militares que têm total liberdade de falar sobre o seu passado “heroico” na cidade e sobre o âmbito nacional. Foi o caso, por exemplo, do 1º Encontro Rio Grandense de História Militar (2017), com forte presença de militares, como coronéis e generais, no salão nobre da prefeitura. Porém, como mencionou Roberto Marimon em conversa informal, no ano em que ele e seus parceiros pesquisaram sobre esse passado militar, na cidade foi negado um encontro sobre história militar, o que também já demonstra alguns avanços em termos de pesquisa sobre a memória destes presos, Marimon realizou entrevistas com as pessoas que foram presas e investigadas durante a Ditadura na cidade. O local em que foi realizado o encontro, contudo, não deixa de ser simbólico porque demonstra a possível conivência do novo governo com a tentativa de apagar as memória dos presos políticos. Como estudante de história pude perceber neste evento que os pesquisadores chegavam com suas investigações até o final da década de 1950 e depois pulavam para o ano de 1990, já no período democrático. Roberto questionou a mesa redonda sobre a Ditadura Civil-Militar na cidade, e o general passou a responsabilidade aos historiadores, os quais não responderam. Assim se percebe qual a memória as autoridades da cidade querem lembrar, a memória do “Glorioso Exército Brasileiro”, como foi a fala do vice-prefeito Manoel Machado neste encontro.

Nenhum trabalho aborda a memória dos presos políticos na cidade. O trabalho que mais se aproxima dessa tarefa é o de Janaína Martins Cordeiro (2014) que discute quais as memórias sobre Médici na cidade: no fim da ditadura ainda se exaltava o presidente, mas depois foram memórias que se tentou apagar, por ele ser um ditador. A autora analisa, ainda, uma reportagem do *jornal Minuano* que menciona sete presos políticos que foram levados a interrogatório, porém não menciona Carlos Moraes. Como Janaína Cordeiro aponta, os governos de esquerda tentaram apagar a memória da Ditadura na cidade, principalmente a respeito do “Presidente

Médici”, ou melhor, ditador, assim, pouco se mencionou a memória dos presos-políticos mesmo com dezesseis anos de governo de esquerda, devido à forte presença militar na cidade (CORDEIRO, 2014, p. 195). Porém houve alguma resistência a esta tentativa de se apagar a memória do Médici, um exemplo é quando há uma discussão em torno de se retirar ou não a placa que homenageia o ditador no ginásio do Militão, criado durante o governo Médici a fim de homenageá-lo. Carlos Moraes foi preso durante o governo Médici, o que contribuiria para o esquecimento de sua condenação e posterior prisão. Janaína Cordeiro, ao entrevistar João Abeiro, faz uma importante transcrição deste cidadão que também foi investigado durante o regime. Para Abeiro, ‘outros lugares de memória’ “que evocavam a relação ‘maternal’ da cidade com seu ‘filho ilustre’ foram relegados ao abandono e silêncio” (2014, p. 196). Ou seja, a memória sobre Moraes foi esquecida pelo pretexto de que Médici era presidente na época de sua prisão, outro motivo para o autor não ser lembrado, é que Carlos Moraes não nasceu na cidade, assim não seria um cidadão bajeense, isto contribuiria para que a memória de sua prisão durante a Ditadura Civil-Militar não fosse lembrada, como também estar muitos anos afastado do Estado e da cidade onde foi preso.

Diferente do trabalho de Janaína Cordeiro, o foco desta pesquisa é o testemunho de Carlos Moraes no livro *Agora Deus vai te pegar lá fora*, um importante documento, talvez o único livro sobre a história dos presos políticos da cidade, que podemos chamar de “literatura de testemunho”. A origem do termo testemunho é do termo em latim “testimonio”, originário dos tribunais, onde uma testemunha busca esclarecer fatos sobre um caso, um crime, ou uma ação de guarda de um menor, de uma ação trabalhista etc.

Os assassinatos em massa, os horrores, não são novidade na história humana. Um exemplo é a escravidão nas Américas. No caso das Ditaduras-Militares, porém, temos extensos relatos desenvolvidos pelos próprios indivíduos que viveram as experiências traumáticas (muito mais difícil de serem encontrados no caso da escravidão). Segundo Mário Augusto Silva, no caso da literatura de testemunho, “a testemunha narra a partir do ponto de vista individual, um fenômeno de grupo, da sociedade, ou uma história secular” (2008, p. 49). Ainda são poucos os estudos sobre literatura de testemunho no Brasil. Os países em que se concentram os maiores números de pesquisas na América Latina são os países de origem hispânica.

Este trabalho está dividido em três Capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “Reflexões teóricas e teologia da libertação”, busco analisar, em primeiro lugar, o livro de Carlos Moraes de forma mais geral, e em segundo lugar, o sacerdócio de Carlos Moraes. Assim, o capítulo é subdividido em duas partes. Na primeira,

chamada “Literatura de testemunho: testemunho, ficção ou realidade?”, discuto se o livro é uma autobiografia, ou se aproximaria de um romance-testemunho. Salientando a importância da literatura de testemunho como fonte de pesquisa histórica, demonstrando que o livro de Carlos Moraes é um importante documento para a história da cidade de Bagé, procuro identificar como o autor lidou com o trauma de ser preso. Busco compreender o porquê de Carlos Moraes ter escolhido usar o pseudônimo de Tio Clésio, e a importância de recordar o passado no caso suas memórias sobre infância, para falar sobre o trauma de ser preso, como forma também de aliviar o peso do trauma para seu leitor.

Na segunda parte intitulada “Sacerdócio e Teologia da Libertação” analiso a parte do livro em que Carlos Moraes fala sobre seu sacerdócio, que é bastante extensa. Busco compreender como Carlos Moraes foi influenciado pelas transformações que a Igreja passava durante a Ditadura Civil-Militar, como essa instituição que inicialmente apoiou o golpe, depois do Ato Institucional nº5 começa a denunciar as violações dos direitos humanos e a tortura, e assim acaba com alguns de seus integrantes sendo perseguidos pelos militares. E como no momento de sua prisão, Moraes já vivia um conflito com a Igreja, decidiu dentro da cadeia destituir-se de seus votos como padre e se retirar da Igreja. Assim, observa-se como a Igreja mesmo denunciando os militares tinha interesse em manter o *status quo* da sociedade, onde se criticava o salário, mas não o sistema capitalista, ou seja a Igreja Católica em sua maioria, não tinha nenhum interesse em mudar o regime econômico em vigor no país.

No segundo capítulo intitulado “Em se tratando de Ditadura nunca se sabe”, busco analisar, através do livro e do processo junto ao “Projeto Brasil Nunca Mais”, a exposição dos fatos pelos quais Carlos Moraes foi acusado, seu processo a partir de seu próprio ponto de vista, e a injustiça da qual o autor afirmava ter sido vítima. Carlos Moraes se considerava injustiçado por acreditar que em nenhum momento foi contra o governo militar, como seus sermões incisivos provocaram a ira dos militares e sua posterior denúncia e condenação, talvez relembrando uma mágoa, por não ser lembrado como preso-político da cidade. Por ser um líder carismático provocava insatisfação por parte da população com sua prisão.

No terceiro capítulo intitulado “Como ser “Educando” em uma cadeia no interior”, demonstro como era ser um preso político em uma cadeia civil. O termo “educando” se refere ao termo que era utilizado na época para que os presos se tornassem educados e não cometesssem mais crimes depois da cadeia. No subtítulo “Experiências de Carlos Moraes na Cadeia Militar e Cadeia Civil” analiso as experiências de Moraes nessas duas instituições, a primeira em um caráter mais rígido, convivendo diretamente com os militares, em que não podia receber visita

de seus advogados e familiares, e na segunda, na cadeia civil, convivendo com os presos comuns, onde recebia visitas de advogados e familiares, tendo uma maior liberdade.

CAPÍTULO 1. REFLEXÕES TEÓRICAS E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.

1.1 Literatura de testemunho: testemunho, ficção ou verdade?

Este capítulo analisa de forma mais geral o livro *Agora Deus vai te pegar lá fora*, escrito pelo ex-sacerdote Carlos Gilberto Machado Moraes, sobretudo os relatos do autor sobre seu sacerdócio. Em alguns momentos utilizei parte da entrevista que Moraes concedeu para a Editora Record, em que explica os motivos para escrever o livro, o contexto em que foi escrito e como desenvolveu o livro a partir de relatos reais e criações ficcionais. Assim, busco compreender melhor a obra como documento histórico da cidade de Bagé, mesmo que contrariando a história oficial da cidade, por ser a memória de um preso-político.

O livro relata a história de um padre que foi preso político durante a Ditadura Civil-Militar até que fossem emitidos dois alvarás: um de soltura, do Supremo Tribunal Militar, de Brasília; e outro alvará que o destituiria de seus votos como padre, vindo de Roma. Esse livro tem caráter ficcional, porém com elementos da realidade vivida por Moraes, muitos deles encontrados em seu processo no “Projeto Brasil Nunca Mais”. Por ser um relato de sua condenação e prisão, como também de sua infância e sacerdócio, a obra pode ser considerada o que vem sendo chamado “literatura de testemunho”. Márcio Seligmann-Silva traz uma importante contribuição sobre esse tema, quando diz que:

O registro da memória é sem dúvida mais seletivo e opera entre lembrança e esquecimento, no tecer e destecer. Mas assim como devemos nos “lembra de esquecer”, do mesmo modo não nos devemos esquecer de lembrar. O testemunho surge nos últimos anos com uma força e conquistou uma presença que nos obriga a rever todas as noções herdadas de séculos de teoria poética e dos gêneros. A tarefa da memória deve ser compartilhada tanto em termos na memória individual e coletiva como também pelo registro (acadêmico) da historiografia (2016, p. 64).

A importância da memória para a literatura de testemunho, envolve uma questão “ética”, com o “compromisso com o real”, de uma “história magistra vitae”, de não cometer os mesmos erros do passado. Assim, -o Shoah e a Ditadura Civil-Militar são exemplos que não devem ser esquecidos e que envolvem um compromisso ético dos autores com suas obras a respeito desses importantes temas. Segundo Seligmann-Silva, “a literatura de testemunho é a narrativa do trauma”. Para o autor está claro que a literatura de testemunho “não está centrada ou não na realidade, mas na nossa capacidade de percepção-la e simbolizá-la” (SELIGMANN-SILVA,

2003, p. 48-50). Os textos de testemunho narram a vivência de uma época, ou seja, não é apenas aquilo que o autor vivenciou mas também aquilo que observou.

Agora Deus vai te pegar lá fora foi publicado no ano de 2004 e, como podemos perceber, a obra foi criada oito anos antes da Comissão Nacional da Verdade, que foi instaurada em 16 de maio de 2012, com a finalidade de apurar as violações contra os direitos humanos ocorridas durante a Ditadura Civil-Militar. O fato de Carlos Moraes ter levado 32 anos para publicar seu livro demonstra que teve possivelmente dificuldades de lidar com o trauma que viveu ou temia represálias por parte dos militares, para ele e sua família, que em parte permaneceu na cidade. O livro também é importante para se pensar as especificidades de uma cidade do interior, em que as pessoas se conhecem e mantém uma relação próxima, assim o autor permanecendo na cidade, seria lembrado com facilidade, assim o medo de represálias seria constante. Janaína de Almeida Teles (2011) argumenta que os livros escritos durante a Ditadura Civil-Militar se classificam em “dois ciclos da memória”: o primeiro deles, localizado temporalmente entre o final da década de 1960 até a década de 1980, é marcado pelo “romance” e pelo “memorialismo”, como o “romance da cultura da derrota”, em que os “autores desiludidos” com a situação não sabem se escrevem ou discutem política e literatura (2011, p. 69). Já o segundo ciclo da memória, ocorrido a partir de 1990, período em que Carlos Moraes escreve,

Foi marcado por um distanciamento histórico num quadro de construção democrática, o que fez do ato de rememorar algo desvinculado diretamente da luta imediata contra a ditadura. Tendo como cerne uma avaliação do período, como também as vozes dos militares passam a se manifestar e serem mais efetivas, negando-se a tortura como prática sistemática. Do lado da esquerda os autores continuam tratando sobre as mortes, desaparecimentos, tentando lidar com os sentimentos de culpa relacionados a tortura, mortes e exílio- (TELES, 2011, p. 70).

Ainda durante o regime militar, Carlos Moraes mudou-se de Bagé para a cidade de São Paulo, provavelmente porque permanecer na cidade seria impossível, devido ao fato de que sua cidade natal era uma cidade pequena, na qual seria reconhecido como um preso político e assim não conseguiria se sustentar. Janaína de Almeida Teles, discorrendo sobre literatura de testemunho, emprega o que Freud e LaCapra sintetizam sobre o que as “recordações traumáticas” podem causar: “uma temporalidade demorada ou tardia, um período de latência entre um acontecimento anterior, real ou fantasiado, e outro posterior que de algum modo evoca e dispara de novo a repressão [...] e se faz presente no comportamento” (LACAPRA APUD TELES, 2011, p. 184). Proponho que o evento que fez Carlos Moraes falar sobre sua vivência como um prisioneiro político vítima de acusações inconsistentes, seria a saudade de sua terra,

e de seus amigos e familiares que ainda viviam na cidade de Bagé, como seu irmão já falecido Guido Moraes. Segundo o próprio autor, a ideia do livro surgiu:

—Da idade e do chimarrão. Eis os dois grandes culpados. Com a idade a gente começa a acordar mais cedo, e um dia fiz um mate, sentei no computador e a coisa foi saindo, a trotezito, floxa no mais. Claro que eu já tinha uma ideia da história, até algumas notas soltas. No mais a culpa é do chimarrão. Foi caindo tantas erva na tecla que um dia minha mulher foi limpar e reclamou: deu quase uma cuia. Expliquei que não tinha jeito, que o chimarrão fazia parte, mantinha vivo o lado verde, pampeano da história (MORAES, 2004, p. 2).

O livro foi escrito em caráter fragmentário, contendo quarenta e cinco capítulos, perfazendo um total de 287 páginas. Analisando o livro, os primeiros capítulos, em que descreve sua prisão no quartel e o transporte à cadeia civil, percebemos que eles mantêm uma sucessão lógica, ao passo que, a partir do terceiro capítulo, o autor deixa de obedecer a uma ordem cronológica até os dois últimos capítulos, quando trata do seu julgamento na Justiça Militar em Brasília e de sua soltura. Para a pessoa que viveu um evento-limite como ser acusado e condenado por supostos crimes contra a Ditadura Militar com provas circunstanciais, a escolha de narrar o acontecido se delimita entre o real e a ficção. Para contar sua história Carlos Moraes utiliza-se do pseudônimo de Tio Clésio. Conta o autor que é aquele tio:

Meio retardado que, por ver tudo com certo atraso, às vezes via melhor também. É um professor do seminário quem melhor define o personagem: "Um raro caso de ingênuo capaz de ironia". Por ironias talvez ele tenha sido preso, e graças ao seu lado meio lírico coisas engraçadas vão acontecendo em torno dele. Tem gente que, mesmo entre bandidos, tem o dom de despertar a candura alheia. (MORAES, 2004, p. 2)

A escolha de Carlos Moraes de usar o pseudônimo é comum a muitos sobreviventes de um evento traumático que se permite contar sua história, vive um dilema entre escolher se identificar, ou seja, usar seu próprio nome ou escolher um personagem. Segundo, mais uma vez, Seligmann-Silva, coloca-se, ou melhor, impõe-se uma questão incontornável: “a opção entre literalidade, ou seja narrar o mais próximo possível do real, ou a ficção”. O mesmo autor também nos alerta sobre a necessidade de manter um conceito aberto de “testemunha”. Ou seja, não só aquele que viveu um “martírio pessoal” pode testemunhar, uma vez que a “literatura também assume um teor testemunhal”. Assim, o testemunho seria a “narração não tanto dos fatos violentos vividos por determinado sujeito, mas a narração da resistência à compreensão dos mesmos” (2016, p. 47-48). Moraes opta por utilizar um pseudônimo a fim de não revelar seu nome, criando, assim, um personagem para seu livro. Retirar a narrativa da primeira pessoa provavelmente diminui a dolorosa sensação de finalmente evocar certos acontecimentos. É

provável que a ausência de ordem cronológica durante boa parte da narrativa seja um recurso da memória do narrador a fim de não recordar frontalmente alguns acontecimentos traumáticos. Michael Pollak, ao tratar da memória coletiva, usa o argumento de Maurice Halbwachs, quando afirma que:

Não basta a seletividade da memória, mas um processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais: Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstruída sobre uma base comum (POLLAK. 1989, p. 4).

Outro autor que trata das memórias individuais e coletivas é Alessandro Portelli (1996) ao analisar o massacre de Civitella Val di Chiana, uma vila que é atacada pelos alemães durante a Segunda Guerra Mundial. Portelli nos conta sobre o conflito entre a memória oficial do governo italiano, que considerava os membros da resistência heróis, porque mataram alguns oficiais alemães, resultando na vingança por parte do exército alemão que promoveram um massacre aos moradores de Civitella, e a memória dos sobreviventes do massacre, que contestavam o heroísmo dos membros da resistência por terem perdido seus amigos e familiares. No caso da memória oficial da cidade de Bagé, ainda hoje se exaltam os militares, sem se importar com os presos políticos da cidade, muitas vezes negando que isto aconteceu. Já em relação à memória dos presos políticos, que foram presos e torturados, poucos tem a coragem de se manifestar e contar sua história. Carlos Moraes foi o único, pelo que foi possível apurar, preso político da cidade a contar sua história em um livro.

Para Moraes, o livro é tanto uma autobiografia e ficção: “Um pouco do que nele se conta aconteceu mesmo naquela cadeia; outro pouco aconteceu também, mas não lá, outro pouco não aconteceu nunca e o resto merecia ter acontecido” (2004 p. 2). Sua narrativa é centrada no fato de que enquanto estava preso naquela cadeia refletia sobre como é que tinha parado ali, os acontecimentos desde sua infância até o sacerdócio que o levaram à sua prisão. Assim, o autor usa do artifício de seu personagem estar em uma cadeia, para que Tio Clésio lembre dos eventos bons e ruins que o levaram para lá e sua boa convivência com os presos, construindo um longo relato pessoal desde a sua infância.

Agora Deus vai te pegar lá fora se aproximaria de um “romance-testemunho”, obras que “se colocariam em uma zona ambígua entre o documentalismo etnográfico e a ficção” (PENNA, 2016, p. 306). Porém, no caso do livro analisado nesta monografia, haveria diferenças em relação aos testemunhos hispano-americanos, analisados por João Camilo Penna,

que teriam sofrido a “intervenção do editor ou gestor”, além de terem como característica aquela de “constituir subjetividades subalternas”. No caso aqui estudado, foi o próprio autor que escolheu ficar entre uma zona ambígua entre a autobiografia e a ficção.

Um caso curioso para refletirmos sobre literatura de testemunho e suas variadas formas de aparição foi o livro *Fragmentos de uma infância de 1939-1945*, de Binjamim Wilkomirsk. O que faz esse livro tão interessante é que seu autor, que se diz sobrevivente do Holocausto, nunca de fato havia sido um sobrevivente, apenas havia visitado um campo de concentração quando criança. Nunca nenhuma obra até então havia alcançado o detalhamento que *Fragmentos de uma infância* contém, porque, segundo Seligmann-Silva (1998, p. 26), para o “sobrevivente seria impossível narrar todos os fatos acontecidos”. Sendo assim, o livro é uma obra de ficção. Isso provocou um choque entre os pesquisadores, porque acreditaram na história de Binjamim Wilkmirk sem apurar com atenção se era uma obra de “ficção” ou uma “autobiografia”. Ainda para Seligmann-Silva, “antes da esfera criminal, se o autor cometeu ou não cometeu algum crime [ao “disfarçar” suas memórias], devemos refletir sobre se a literatura de testemunho não possui um pouco de ficção” (1998, p. 31). Em qualquer autobiografia o autor faz determinadas escolhas, no caso de Carlos Moraes preferiu não falar mal dos colegas.

Seligmann-Silva (1998) aponta outro exemplo envolvendo o Shoah de uma história de ficção que se tornou um “sucesso de vendas” e, para muitos judeus, se tornou um exemplo de vida. O texto se chama *Yossel Rakover volta-se para Deus*, de autoria de Zvi Kolitz, e foi publicado em 1946 no *Yiddische Zeitung*, em Buenos Aires. Seu autor era um judeu lituano que estava de passagem pela Argentina para levantar apoio para a fundação do Estado de Israel. Em 1953 o texto foi publicado novamente na revista israelense *Die Goldene Keit*, de Tel Aviv, porém chegou sem o nome do autor e o local de publicação, assim a revista publicou o “documento como autêntico” sem nenhuma investigação sobre a autoria. Mesmo que Zvi Kolitz tenha reivindicado a autoria do livro, ele foi ignorado por muitas “editoras”, “leitores”, “rabinos” etc, que preferiram a versão sem o nome do autor. A versão sem nome do autor seria mais “universal” e representaria a vivência de milhões de pessoas. Esses dois exemplos serviram para que a História tomasse maior cuidado com os textos sobre literatura de testemunho, considerando que nem toda autobiografia é baseada em fatos reais, porém essas obras foram “sentidas” e “imaginadas” por seus autores. (SELIGMANN-SILVA, 1999, p. 380). Apesar de seus autores não terem necessariamente vivido as situações relatadas, outros tantos sofreram as duras realidades retratadas nessas obras.

As obras literárias tanto do Shoah quanto das Ditaduras Latino-americanas representam o “século das catástrofes”, ou seja o século XX de 1901 ao ano 2000. Assim, a literatura da nossa época exige dois aspectos fundamentais, para Seligmann-Silva: “a arte deve lutar contra o esquecimento e contra o recalque, isto é, lutar contra a repetição da catástrofe por meio da rememoração do acontecido”. Assim o autor, ao estudar a importância da literatura de testemunho, faz uma reflexão sobre o que Adorno argumentou, enquanto estudava a importância da arte para lembrarmos de eventos traumáticos, afirmando que a “arte neste sentido pode ser considerada uma forma de resistência e compreende uma dimensão ética, enquanto manifestação da indignação radical diante do horror” (2016, p. 352). Portanto, para Seligmann-Silva:

O pesquisador tanto quanto o escritor devem ter um compromisso ético com o “real”. Na literatura do testemunho não se trata mais da imitação da realidade, mas sim uma espécie de “manifestação” do “real” para o autor, se entendermos o real como trauma, aquilo que não pode ser esquecido. Não se trata apenas de “psicanalizar” a literatura, pois o testemunho, como vimos, é não apenas superstes, ou seja a voz de um sobrevivente, mas também testis, enfrentamento, por assim dizer “jurídico” com o real (sem aspas) e reivindicação da verdade. Verdade esta que também pode transformar algumas vezes ficção em documento (2016, p. 383).

Assim, não cabe a nós discutirmos tanto quais elementos são ou não ficcionais na obra de Carlos Moraes, ou em quais momentos ele foi mais condizente com a “verdade”. O livro que escreveu testemunha uma realidade compartilhada por muitos indivíduos, muito mais do que a imita. A obra de Carlos Moraes também se torna um documento no caso sobre como ocorreram as perseguições e prisões, na sua maioria arbitrárias, no interior do Brasil, mesmo sendo em parte autobiografia, em parte ficção. Uma característica da narrativa de Carlos Moraes é que o autor utiliza diversas expressões regionais para caracterizar seu tempo na prisão, principalmente da região sul do país. Ao ser questionado porque o livro tem diversas expressões gauchescas Moraes relata:

É, culpa do mate. Mas acho que nunca chegam ao maneirismo, a um regionalismo gratuito. Nasci em pleno pampa, em Cerro Branco, distrito de Lavras do Sul, onde minha mãe era professora rural. Vi uma cidade pela primeira vez ali pelos sete, oito anos. Minha infância foi vivida na década de 50 na gauchíssima Bagé. Mas estou há mais de 30 anos em São Paulo, um outro mundo. Escrever é revisitar as próprias camadas arqueológicas, e as minhas são plenamente gaúchas. Assim que um certo tinido de esporas no texto é porque pampeano foi o meu mundo primordial, aquele que marca para sempre. E quando então, na cadeia, o personagem encontra gaúchos praticantes como o Bagual e Seu Noé, aí é que a coisa vira um relincho só (2004, p. 2).

Para Carlos Moraes a escolha por parte de seu personagem de falar o sotaque gaúcho se dava porque, como gaúcho, tinha uma linguagem própria que se destaca em relação ao restante do país. A escolha da língua, nesse caso o sotaque, sempre é uma escolha difícil para o autor. Rigoberta Menchú, um exemplo de testemunho latino-americano, segundo João Camilo Penna (2016) sofreu uma difícil escolha entre falar a língua de seus colonizadores, no caso os espanhóis, ou a língua da sua terra. A autora optou por falar a língua dos colonizadores, o que facilitou que seu livro fosse vendido para diversos países do mundo, e um sucesso em seu país, a Guatemala. O livro de Carlos Moraes pode não ter sido um sucesso de vendas por ter optado por utilizar diversas expressões gauchescas, mesmo que o autor cite em suas histórias diversas partidas de futebol, um esporte nacional.

Nesta primeira parte do capítulo procurei analisar mais atentamente a obra de Carlos Moraes em seus aspectos teóricos, naquilo que ela tem a contribuir ao historiador, além de refletir sobre como fazer uma discussão entre literatura e ficção, por esta obra ser em parte ficcional, como também demonstrar que embora seja uma ficção, este livro ainda é um documento sobre a Ditadura Civil-Militar e pode ser estudado. Já na segunda parte do capítulo, pretendo compreender os trechos em que Carlos Moraes fala sobre a Igreja Católica e sobre a Teologia da Libertação, que surgiu na mesma época em que Moraes foi um sacerdote.

1.2 Sacerdócio e a Teologia da Libertação:

Uma das características do livro é o fato de conter um extenso relato sobre o tempo como sacerdote, desde o seminário, ainda um adolescente de 15 anos, até sua atuação como padre. Carlos Moraes foi ordenado sacerdote em um período conturbado para o Brasil e o restante dos países da América Latina, período no qual diversas mudanças dentro da própria Igreja Católica vinham ocorrendo, como o “Segundo Concílio do Vaticano” (1960-1965), um dos “maiores acontecimentos da Igreja nos últimos séculos” e que permitiu muitas mudanças no interior da instituição. A maioria dos historiadores, como Fábio Lanza e Maria Helena Moreira Alves, concordam que uma parte da hierarquia da Igreja apoiou o golpe, e propiciou um clima ideológico que levou à derrubada do presidente João Goulart. Porém, essa não era uma postura unânime dentro da Igreja, alguns sacerdotes, embora minoria ainda, assumiram depois de 1968 uma posição contra o Governo Militar, ano que culminou com o Ato Institucional nº5 que estabeleceu a censura prévia. Uma parte da Igreja Católica, naquele momento, passou a defender os Direitos Humanos e a denunciar casos de tortura de militares

contra os ditos “subversivos”, pessoas que eram contra o Governo Militar. Assim, alguns padres sofreram perseguição e foram condenados por crimes contra a Lei de Segurança Nacional¹. Portanto, o enfoque de alguns setores da Igreja Católica passou a ser ajudar populações marginalizadas, dando maior ênfase aos pobres. Devido ao fato da maioria da Igreja Católica apoiou o golpe, e somente com o Ato Institucional nº5 (AI5), que uma parte representada pela Diocese de São Paulo, passou a se posicionar contra o Governo Militar o que demonstra uma disputa interna dentro da Igreja Católica.

No período de maior repressão durante a Ditadura Militar, depois do Ato Institucional nº 5, a Igreja através da CNBB especialmente na década de 1970, passa ser uma das poucas instituições com suficiente autonomia política para criticar o regime autoritário. Outra instituição foi a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), já que alguns advogados defenderam os presos políticos (ALVES, 1984, p. 209). Ambas as instituições defendiam os direitos humanos naquele período. A arquidiocese de São Paulo, com o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, foi a principal instituição que participou do “enfrentamento, resistência e denúncias no país”. Segundo Fabio Lanza, a “maioria dos setores da Igreja Católica achavam que o governo de João Goulart não era bom” (2001, p. 3). Um dos exemplos é justamente o Cardeal Arns, que a princípio era contra os movimentos de esquerda e “não tinha nenhuma simpatia pelo governo de João Goulart”, assim seu posicionamento estava alinhado com a “ideologia ocidental e cristã da época, que era totalmente contra os movimentos de inspiração de esquerda e de inspiração comunista” (LANZA, 2001, p. 4). Porém com a violação dos direitos humanos e as denúncias contra o governo militar, começou a se posicionar contra os militares. Segundo Fabio Lanza: “A parte progressista da Igreja tornou-se uma instituição imprescindível à parcela da sociedade que se opôs a ditadura militar, servindo como forma de resistência civil à opressão do aparatos policiais e militares do Estado” (LANZA, 2001, p. 3).

A partir do momento em que a Igreja Católica passa a defender os Direitos Humanos e a denunciar os casos de violação dos mesmos, por consequência rompendo com os militares, membros da Igreja começam a ser perseguidos. Tio Clésio é um exemplo disso, condenado no ano de 1972, no período de maior repressão política, e perseguição à Igreja Católica. O personagem é da ordem dos diocesanos. Em uma conversa com Pompílio Fraga, diretor do presídio, explica melhor as ordens da Igreja:

¹ A Lei de Segurança Nacional foi promulgada em 4 de abril de 1935, transformava em legislação a doutrina de segurança nacional. ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 36.

Já estava tentando dar uma ajeitada na cela quando o doutor, ou o professor Pompílio Fraga veio me dizer que eu poderia usar o banheiro da guarda [...] e depois quis saber qual era a minha ordem na Igreja e se eu nela detinha alguma função especial. Eu não me encontrava muito no espírito, mesmo assim expliquei como pude os diferentes times da Igreja. Basicamente as facções são duas nós os seculares ou diocesanos, de paróquias e as diferentes ordens religiosas especializados num santo ou obra, como capuchinos, dominicanos, salesianos, jesuítas. Os do meu time, diocesanos, vivem nas paróquias e voto mesmo só fazem de castidade, que redunda no celibato, e mais uma promessa de obediência ao bispo. (MORAES, 2004, p. 22).

Como Carlos Moraes foi ordenado sacerdote no período em que a Igreja Católica se reorganizava e sofria algumas mudanças, ele, como outros tantos seminaristas, foi influenciado por esse novo contexto. Não é possível identificar se Carlos Moraes era do “setor mais progressista da Igreja, ou da ala conservadora”. Segundo Lanza a partir da década de 1950 a Igreja Católica se dividiu em duas alas, a ala “moderada” e a “conservadora”. Lanza concorda com o argumento de Gustavo Gutierrez, que diz que: “A ala conservadora tinha uma ação social de caráter assistencialista; já a outra ala, a Igreja dos Pobres, assumia uma posição em relação à luta de classes chegando a realizar dentro de suas paróquias reuniões de sindicatos” (GUTIERREZ APUD LANZA, 2001 p. 1). Mesmo não identificando a qual ala Moraes pertencia é necessário ponderar os argumentos de Sara Cristina de Souza, quando argumenta que “há que se considerar a existência de não apenas de um catolicismo no interior da Igreja, contestador e libertador”, mas de “múltiplos catolicismos, cada qual enxergando a missão da igreja de acordo com suas expectativas – ora como instituição política, ora pertencente a uma esfera mais privada” (2007, p. 15). É possível que Carlos Moraes transitasse entre as duas alas da Igreja, ora sendo mais conservador, ora mais progressista.

Carlos Moraes, ao ser preso, já passava por uma situação de conflito com a Igreja por seus sermões incisivos que constrangiam a instituição e a maioria dos padres da cidade não concordava com seus argumentos, como seu livro Lobisanjo Vida e Obra. Percebe-se também seu crescente interesse pelo jornalismo, uma vez que escrevia na cidade para o jornal, participava de programas radiofônicos etc. Assim, quando é preso, já considerava deixar a Igreja, estava desiludido com os fiéis que contribuíam com a sacristia, porém não ajudavam o próximo.

É na cadeia civil que toma a decisão de deixar a Igreja Católica. Carlos Moraes explica que foi o Cônego José Boucinhas quem foi à cadeia para entregar a Tio Clésio a carta de Roma, a dispensa dos votos e a redução ao estado leigo. O personagem não gostava deste cônego.

Desta eclesiástica o senhor se livrou, mas não de outra, a militar lá em Brasília, - o senhor quer dizer? Livre da igreja? Dessa Igreja morta, pagã e funcionária que o senhor representa, estou livre sim, e feliz por isso. Mas não estou livre do evangelho de Cristo, das leis verdadeiramente santas do amor e misericórdia, e do despojamento das vaidades desse mundo, e da alegre e dolorosa busca da face de Deus; de nada que o cristianismo tem de grande e bonito eu me sinto livre, sua morsa calhorda, quase berrei. Saia debaixo dessa batina ridícula e o que sobra? Uma daquelas senhoras devotas por desocupação que o senhor com tanto fervor atende? – Apenas não o convidou para entrar e pediu para o guarda mostrar a saída ao cônego. (MORAES, 2004, p. 264-265).

Assim, Carlos Moraes narra o fim de uma importante etapa de sua vida, desligando-se de seus votos como padre, para continuar a carreira de escritor fora da cidade em que viveu sua infância e juventude, para se mudar para outro estado e cidade, São Paulo. É importante observar que larga a Igreja durante o período traumático em que permanece preso. Ao receber a tão “esperada” carta do Papa Paulo VI, tem “sentimentos contraditórios”:

Me doeu ver que a dispensa dos votos me era concedido pelo Papa da época Paulo VI, um homem pelo que pode intuir verdadeiramente angustiado com os caminhos da igreja e que no fundo devia estar se fazendo as mesmas perguntas que muitos de nós. Após ler a carta seus amigos presos entraram na cela para saber o que era. E ficaram emocionados pela importância sobre aquela carta era do Papa. Seu Noé falou “pelo visto excomungaram? - Que é isso seu Noé. Aí só diz que estou dispensado do meu voto de castidade, posso casar, embora discretamente e mais umas coisas sobre ficar na comunidade, dar aula de religião, que ainda não entendi direito (MORAES, 2004, p. 265-266).

Ainda que Carlos Moraes tenha abandonado a função como padre, ele é um exemplo de que mesmo nas cidades do interior havia padres que defendiam o fim da tortura e a preservação dos Direitos Humanos e acabavam assim por criticar os militares. A arquidiocese de São Paulo serviu de exemplo para outras organizações da igreja espalhadas pelo país, defendendo o respeito dos Direitos Humanos, liderada pelo Cardeal Arns, transformou-se em “centro humanitário às famílias das pessoas presas ou desaparecidas” (ALVES, 1984, p. 204). Com sua influência, outras instituições da Igreja Católica também passaram a criticar as violações dos Direitos Humanos e a preservação dos presos políticos.

Finalizo meu subcapítulo com uma reflexão de Fábio Lanza quando afirma que a Igreja Católica defendia a “manutenção do status quo da sociedade”, mas discordava das violações dos Direitos Humanos, da violência empregada, da tortura perpetrada pelos militares, “mas não defendia a mudança no sistema econômico, pois todas as mudanças defendidas por ela giram em torno da ética cristã, em que se pode questionar o valor irrisório do salário, mas não se questiona o modo de produção” (LANZA, 2001 p. 8). Dando continuidade ao seu argumento, afirma que a “teologia da libertação representou uma ruptura com a teologia europeia que

vigorava a séculos, reformulando o campo religioso com a complementação de ferramentas de outros campos, como o científico e político, em um período regido pela arbitrariedade dos militares" (LANZA, 2001, p. 9). Assim, é possível que Carlos Moraes, percebendo o que a Igreja Católica propunha, ao não questionar a exploração dos trabalhadores e as desigualdades do povo brasileiro, como membros da Igreja Católica que eram considerados bons cristãos por contribuírem monetariamente com a instituição, mas eram egoístas ao ajudar outros cristãos, deve ter achado por bem largar seu sacerdócio para dar continuidade à sua carreira de jornalista. Se afastando da cidade que viveu sua infância e juventude para começar uma nova vida em outro estado, certamente a ameaça que o rondava por ainda ser solto na Ditadura, temendo perseguição dos militares da cidade contribui para sua decisão de se mudar para fora do lugar que cresceu.

CAPÍTULO 2: “EM SE TRATANDO DE DITADURA NUNCA SE SABE”.

2.1 Processo, Provas e “Injustiça”.

Neste capítulo pretendo analisar, no romance de Carlos Moraes, a parte que corresponde à exposição dos fatos pelos quais foi acusado, seu processo a partir de seu próprio ponto de vista, e a injustiça da qual o autor afirmava ter sido vítima. Também uso o arquivo do processo judicial-militar de Carlos Moraes, no “Projeto Brasil Nunca Mais”. Assim, pretendo compreender como funcionava na cidade de Bagé a repressão por parte dos militares, que acusavam muitas vezes sem nenhuma prova concreta, através do relato testemunhal de Moraes.

Devido à impossibilidade de analisar todo o processo, por ser muito extenso, foi escolhido este capítulo para fazer um correlato junto às provas apresentadas por parte da acusação e da justificativa de Moraes, que considerava as provas infundadas, por não acreditar que em nenhum momento se posicionou contra o Governo Militar, apesar de denunciar as desigualdades e as violações dos Direitos Humanos. As denúncias foram elaboradas pelos quarteis da cidade: pelo 25º Grupo de Artilharia da Campanha (G.A.C.), pelo Belog (Batalhão de Operação Logística) e pelo 3º Regimento de Cavalaria Mecanizada (MEC). Nota-se que, dos quatro quarteis da cidade, três o denunciaram. Isso demonstra, portanto, que havia um aparato repressivo em forma de sistema e que todos os quarteis da cidade estavam interligados. Para um melhor entendimento, analiso as partes semelhantes do processo e do livro, como as referências à assim chamada “Operação Pilatos”, a carta escrita por Carlos Moraes defendendo amigos que estavam sendo perseguidos e o programa de rádio “O Céu e o Chão”, do qual participava, mas que não é citado no livro. Assim, já no início de sua narrativa, o autor discute do que foi acusado:

Suicídio ainda não me ocorreu, mas a verdade é que um tribunal militar acaba de me condenar a cinco anos de reclusão, por GPA. Que é GPA? Também acabo de longamente saber pela boca do promotor deles. É Guerra Psicológica Adversa. Contra o Governo é claro (MORAES, 2004, p. 7).

O Tribunal a que Tio Clésio se refere é o Tribunal Militar da cidade de Bagé, tendo sido condenado em primeira instância. Como mencionado por Moraes, “Guerra Psicológica

“Adversa” foi um instrumento de perseguição política criado pela Lei de Segurança Nacional, em seu ato institucional número 14 (AI-14), de 5 de setembro de 1967. Segundo o Decreto-Lei nº 314, que define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social dá outras providências, a guerra psicológica adversa:

É o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações no campo político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais (BRASIL, 1967).

A ideia surgiu dos manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), ainda antes do golpe de 1964. Maria Helena Moreira Alves afirma que os militares consideravam a “guerra não declarada ou não clássica uma guerra de agressão indireta, que poderia incluir o conflito armado no interior de um país”, entre partes de sua população. São dois os conceitos de guerra que a ESG classifica: em primeiro lugar, temos a “Guerra Insurrecional, que seria um conflito interno em que parte da população armada busca a deposição de um governo”; em segundo lugar, temos a “Guerra Revolucionária, ou seja, um conflito, normalmente interno, inspirado em uma ideologia, e que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da nação”. É importante salientar que esse conceito não envolve necessariamente “o emprego da força armada”, mas “abrange toda a iniciativa de oposição organizada com força suficiente para desafiar o Estado”, estando vinculado ao “comunismo” (ALVES, 1989, p. 37). Tal ideia de guerra torna suspeita toda a população e exige um eficiente sistema de coleta de informações sobre as atividades de todos os setores políticos e da sociedade civil. O inimigo, segundo essa visão, estaria em toda parte.

Um dos motivos alegados para a prisão de Tio Clésio são seus sermões na igreja, e a não utilização da batina em momentos casuais fora da igreja. No “Projeto Brasil Nunca Mais” consta o seu processo, no qual, em algumas partes, fala sobre o uso da batina: “Como é público e notório em Bagé, despiu-se da batina e passou a usar a camiseta vermelha” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 273). Torcedor fanático do Sport Club Internacional, time de futebol de Porto Alegre, Carlos Moraes usava camiseta vermelha em homenagem ao seu time, porém para os militares era um “símbolo” do comunismo.

Carlos Moraes relata em seu livro como muitas vezes as pessoas se tornavam criminosas durante a Ditadura sem ter cometido nenhum crime, muitas vezes sem nem ter uma acusação completa. O advogado Faiéco, personagem do livro que representa seu próprio advogado, dizia

que o caso dele “não tinha defesa por um motivo muito simples: não tinha propriamente uma acusação” (MORAES, 2007, p. 8).

Carlos Moraes tinha dois advogados que o defendiam, entre eles o Dr. Werner Becker, que foi um dos principais advogados do Rio Grande do Sul, atuando como defensor dos presos políticos do Estado, de acordo com uma entrevista, concedida por Becker ao jornal online Sul 21 (SUL 21, 2016). Defender um preso político representava para os advogados um risco. Segundo Maria Helena Moreira Alves “muitos advogados eram presos ou eram alvos da repressão”. Portanto, aderiram à oposição do governo civil-militar por duas razões:

Primeiro o Estado criara, para justificar suas atividades, uma estrutura paralela de leis extraordinárias outorgadas e revogadas pelo executivo. A OAB denominou este sistema de ilegal e ilegítimo, ele continua a existir ao lado do corpo tradicional, além disso dificultava a atuação profissional dos advogados. Em consequência os advogados começaram a pressionar a ordem que os representava, para o fim da estrutura paralela, assim pressionando o governo federal e forçá-lo a estabelecer o Estado de Direito. (ALVES, 1984, p. 209).

Assim, Carlos Moraes foi condenado a um ano de reclusão por unanimidade tendo sido levado para o quartel em um “jipão” do Exército. Inicialmente o autor foi condenado a um ano e quatro meses, porém por ser “réu primário”, sua pena foi reduzida a um ano. Segundo os juízes que o condenaram:

Considerando que o réu é primário, considerando que a autoria é certa. (...) Contudo, atendido o disposto no parágrafo 1º do art. 81 do Código penal militar — redução facultativa da pena — e por ser considerado crime continuado, reduzir a pena em (1/4) e assim fixá-la definitivamente em um ano de reclusão.— (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 355).

A ação dos militares de reduzir a pena não é apenas baseada no fato de Carlos Moraes ser réu primário, mas também por ter apoio por parte da população da cidade, por ser um membro carismático: alguns cidadãos da cidade apoiavam Tio Clésio e discordavam de sua condenação. Embora sendo um membro querido, para os militares e as pessoas que apoiavam o golpe, qualquer um podia ser o inimigo interno. A não definição do inimigo interno possibilitava ao Estado julgar qualquer pessoa que fosse diferente do padrão de cidadão que a Ditadura queria. Ao morar em uma cidade do interior com os militares talvez querendo “mostrar serviço” ao comando do Exército da região, prenderam um padre que não se encaixava nos padrões que a Ditadura exigia. Como Tio Clésio salienta no livro, não fazia parte de nenhuma

organização de esquerda, nem mesmo dentro da igreja, onde havia grupos que discordavam do Regime Militar (MORAES, 2004, p. 88).

Bastava que um militar, ou a população em geral, achasse que um determinado indivíduo não seguia os padrões exigidos naquela época para essa pessoa ser investigada. Tio Clésio cita diversos inimigos no livro, como Janer Pereira, um amigo de infância de quem não gostava, que possivelmente contribuíram para sua prisão. Ao analisar o processo de Carlos Moraes, percebe-se que as testemunhas de acusação eram em sua maioria militares, um cônsul uruguai, ou seja, servidor público a serviço do Estado uruguai. Para Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, as testemunhas são “geralmente homens” que fornecem informações ao Exército, denominadas como “fontes”. Portanto “há seis níveis de fontes e seis graus de veracidade do informe: A, B, C, D, E, F e 1, 2, 3, 4, 5, 6. O Informante A1 é de uma fonte sempre idônea e o informante F6 significa que não se pode saber a idoneidade da fonte”. O “agente tipo C era geralmente militar, na maioria das vezes um sargento formado pela EsNI [Serviço Nacional de Inteligência], o qual, vestido à paisana, infiltrava-se nos mais diversos locais para coletar o maior número possível de dados” (1997, p. 3).

Um padre iniciante em uma cidade militarizada causa estranheza, ainda mais com seus sermões incisivos, em que muitas vezes não criticava a Ditadura diretamente, mas suscitava diversas interpretações que permitiram sua prisão e sua condenação. Segundo Magalhães, o “comunista” representou um elemento perigoso, perturbador e nocivo, no limite alguém possuído por forças malignas e incontroláveis”. Um elemento que se devia temer. O “informante experimentava o medo do comunismo se espalhasse e de ter um comunista perto dele” (1997, p. 7). Para a autora o informante do regime:

Sempre age sozinho. Seus planos de infiltração, suas desconfianças, os contatos que faz com órgãos de repressão não são conhecidos por ninguém. Ele não expõe suas opiniões aliás, o que é de resto opinião pessoal, transforma-se em uma sentença. Mesmo quando não está seguro de sua acusação, sugere que pelo menos o suspeito que ele denunciou seja chamado a prestar esclarecimentos. [...] Ao denunciar, pede que seu nome não seja jamais mencionado, pois o acusado o conhece, e pode prejudicá-lo ou mesmo persegui-lo ao denunciar. Está sempre a sugerir às autoridades outros suspeitos, ou lugares que não estejam devidamente vigiados, armadilhas não descobertas. Além de informar, ele quer participar mais ativamente dos poderes decisórios, quer ser reconhecido pelas autoridades, por quem sempre expressa sua admiração e respeito (1997, p. 4).

Segundo Amanda Simões Fernandes, o caráter de imprevisibilidade de considerar qualquer indivíduo um possível inimigo da sociedade é o que gera sua maior eficiência. Atos

considerados simples e triviais, em outros tempos, poderiam ser considerados perigosos e passíveis de punição: “Não bastava não ser identificado como inimigo interno, necessitava estar contra ele denunciando-o, combatendo-o”. “Os cidadãos viravam soldados contra a guerra ardilosa da subversão” (2009, p. 154). A competição se dava entre civis e militares, entre órgãos policiais, entre órgãos legais e esquadrões da morte e até entre as Forças Armadas (FERNANDES, 2009, p. 163). Talvez por essa razão o sacerdote tenha refletido, em outra passagem de seu livro, que esse tipo de coisa acontece ao se viver em uma cidade militar, “com muito quartel para pouco comunista, pegando assim os assemelhados”. (MORAES, 2004, p. 8). Certamente, tal afirmativa foi feita por acreditar que seus sermões não ofendiam os militares, e que qualquer argumento perspicaz poderia ser utilizado contra ele, devido ao fato de a cidade não ter várias denúncias contra comunistas.

Ao falar com Faiéco, Tio Clésio dizia: “Fui o único padre nessa ditadura a ser julgado e condenado num processo formal. Outros religiosos foram presos e até torturados, mas a julgamento nenhum foi” (MORAES, 2004, p. 17). O “Projeto Brasil Nunca Mais” aponta para diversos sacerdotes que responderam a processos judiciais, tendo sido inocentados ou condenados pela Justiça Militar durante o período. Um deles foi o padre de Sacramento Hélio Soares do Amaral, condenado a 1 ano e 8 meses de prisão, por exemplo (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 151). O que se percebe é que a maioria dos sacerdotes foram condenados em primeira instância, mas, após recorrer ao Supremo Tribunal Militar, foram inocentados. A Ditadura Militar brasileira serviu de exemplo para os outros países do Cone Sul, criando um aparelho repressivo composto por órgãos de informação e repressão, com a participação de civis e militares. Segundo Caroline Silveira Bauer, “a montagem do aparato repressivo foi feita através da criação de novos órgãos que se congregaram aos existentes antes do golpe”, como os Departamentos de Ordem Políticas e Social (DOPS) criados a partir de 1924. Ainda segundo ela, “A tortura, instrumento utilizado com bastante frequência por esses órgãos, não foi utilizada apenas para se obter informações, mas para se instalar o medo entre as pessoas”. O “medo” e o “terror”, para Bauer, configuraram uma “cultura do medo”, originária das práticas repressivas e da lógica de suspeição (2009, p. 4). As forças armadas e a polícia foram responsáveis por realizar as investigações e os interrogatórios nos órgãos de repressão: “O Serviço Nacional de Informações (SNI) junto com a polícia política”, segundo Denise Rollemberg, “foram essenciais na derrota da luta armada” (2006, p. 10).

Ao estar preso no quartel e depois na cadeia civil, Moraes tinha tempo para que conseguisse um novo julgamento numa esfera superior. Assim, por ser acusado por um crime

contra a Lei de Segurança Nacional, não podia pedir nenhum *habeas corpus* enquanto aguardava novo julgamento. Com o AI-5, editado em dezembro de 1968, todos os crimes políticos perderam o direito a *habeas corpus*. Porém, ao ser condenado, Tio Clésio teve vantagens que poucos presos políticos tiveram durante a ditadura, que foi o direito a advogados e o direito a defesa. Segundo Denise Rollemburg, “antes do AI-5 a justiça, ao conceder o *habeas corpus*, irritava os militares porque assim permitia a soltura do preso permitindo sua fuga e que voltasse às organizações de esquerda” (2006, p. 5).

Este mesmo ato permitiu o fim da fase de institucionalização do Estado, na qual se implementam atos institucionais que permitam aos militares governarem. Com esse decreto, perdeu-se o direito à defesa e qualquer coisa que os militares considerassem uma ameaça à Segurança Nacional servia de prova. Carlos Moraes, de acordo com a cronologia proposta por Maria Helena Moreira Alves, participou do “terceiro ciclo” de presos políticos brasileiros durante a Ditadura Militar. Para essa autora, o

Primeiro ciclo em 1964, concentra-se em pessoas politicamente ligadas ao governo de João Goulart. A repressão física destinava-se a trabalhadores e camponeses. O segundo ciclo após o AI-2 objetivará concluir os expurgos da burocracia de Estado e nos cargos eleitorais, não incluindo o emprego direto e generalizado de violência. Já o terceiro ciclo caracteriza-se por amplos expurgos em órgãos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado com emprego de violência contra todas as classes (1984, p. 141).

Moraes também temia que os militares descobrissem que ele e um certo Padre Vincenzo haviam ajudado três militantes de esquerda ligados à igreja, que haviam sido presos e torturados no Rio de Janeiro, a atravessar a fronteira com o Uruguai. Padre Vincenzo havia batizado a travessia de “Operação Pilatos”. Assim Clésio descreve que levar os três através da fronteira nem seria tão heroico.

Vivíamos pescando naquelas lindas lagoas do lado do Uruguai. Em uma tarde pegamos o AeroWillys azul da paróquia e fomos pescar no Uruguai com nossos três pássaros a bordo. Até sonhei com uma travessia mais emocionante, como nos filmes da guerra fria. Nada. Foi tranquila. Os guardas do posto vagamente nos conheciam. Assim que sem mais deixamos os três juntos a uns contatos perto da cidade de Mello, a uns cinqüenta quilômetros da fronteira, passamos o dia seguinte devidamente pescando e ainda demos sorte de voltar numa madrugada chuvosa de guarda nenhum notou a falta dos três novos pescadores. Um sucesso quase humilhante (MORAES, 2007, p. 26).

Como referido por Carlos Moraes, com a “Operação Pilatos”, diversos militantes passaram pelas fronteiras do Rio Grande do Sul para se exilar no Uruguai ou fugir desse país,

assim o Uruguai foi um dos países em que mais se recebeu exilados brasileiros devido à sua proximidade com o Brasil e sua tradição democrática. Segundo Amanda Simões, uma das preocupações da recente ditadura brasileira eram os “pombos correio”, “brasileiros que levavam informações para os exilados e depois retornavam para o Brasil com orientações políticas” (2013, p. 182). Desse modo, a fronteira Brasil-Uruguai, por meio do Estado do Rio Grande do Sul, era constantemente atravessada, tanto por fugitivos brasileiros que seguiam em direção ao Uruguai, quanto por uruguaios, após a implantação da Ditadura naquele país, para o Brasil. Portanto, o Uruguai foi um importante país para os exilados que fugiam.

O número de exilados brasileiros não foi superior a outros países da América Latina, ou seja não houve no Brasil “exílio em massa”, mas, como foi relatado acima, o Brasil serviu de exemplo. Segundo Denise Rollemburg, o exílio pode ser classificado em três fases: “A primeira geração era aquela marcada pelas lutas pré-64, por políticos maduros, já formados, sendo que a maioria das mulheres exiladas são esposas e filhas”; a “segunda geração, a de 1968 em diante, é marcada mais pelo AI-5 do que pelo golpe, pelos movimentos estudantis, operários e sociais daquele ano, e seus membros eram mais jovens e viveram o processo de amadurecimento no exílio” (2007, p. 4). Os indivíduos que Carlos Moraes ajudou a atravessar correspondem a essa segunda fase do processo de exílio. Já na “terceira fase, os exilados que estavam em países da Europa e da América Latina se deslocavam para a África devido ao fato de que a maioria dos países daquele continente estavam declarando sua independência”. Ou seja, seria “uma migração no exílio” (ROLLEMBERG, 2007, p. 5). Quando é promulgada a lei da Anistia no Brasil, muitos brasileiros exilados “estavam empregados na África ou em subempregos na Europa, mesmo que a maioria já possuísse graduação e pós-graduação”. (2007, p. 5). Devido à dificuldade que os exilados tinham de conseguir empregos correspondentes à sua formação, na Europa, por serem considerados “refugiados”, muitos recorreram aos países africanos, em busca de empregos nas universidades africanas.

Como o autor comenta, a “Operação Pilatos” nunca apareceu nos registros militares, assim, se considerava aliviado. Tanto no processo quanto no livro há alguns trechos que poderiam corroborar com a existência da “Operação Pilatos”: em determinado momento do processo aparece que uma rádio uruguaia declarou que Carlos Moraes era um dos “padres comunistas do Brasil” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 17). No livro, por sua vez, o autor fala que um dos “pássaros” poderia ter contado sobre ele durante sua estadia no Uruguai, assim fazendo com que a mesma rádio o considerasse comunista (MORAES, 2004, p. 27). Porém, será que a “Operação Pilatos” realmente existiu? Na entrevista concedida à Editora Record, o

autor discute que algumas situações descritas no livro não existiram de fato: “No livro, as cenas mais surrealistas são próximas do real e as mais maneiras foram as inventadas” (MORAES, 2004, p. 2). Portanto, não nos importa tanto se a “Operação Pilatos” existiu ou não, se aconteceu ou se foi obra da imaginação de Carlos Moraes. Seu livro, como literatura de testemunho, testemunha uma época, muito mais do que a cópia. Portanto, mesmo que a operação não tenha existido, naquela fronteira milhares de brasileiros e uruguaios fugiram dos seus países devido às perseguições por parte dos militares, como apontam diversos autores (BETTO, 1977; BAUER, 2009; SIMÕES, 2009).

Para Tio Clésio, se fosse condenado pela “Operação Pilatos”, além de “prestígio” como preso político também teria sido uma condenação justa, compreensível, lógica, no sentido de que podia entender como havia feito algo contra o governo militar, mas sem ser acusado por isso, mas apenas por sermões e atitudes que tomava no dia a dia, achava uma “injustiça”. Para o governo militar isso não interessava. Além disso, Tio Clésio fala que se tivesse sido preso e condenado pela “Operação Pilatos”, no presente, no tempo em que relata sua história, seria um preso político com alguma “dignidade”. “Mas não foi nada disso”:

A primeira vez que me chamaram foi por uma bobagem que mais tarde, na peça de acusação, se transformaria na seguinte aleivosia, ou versânia: Mesmo em seus escritos no jornal local não perdia o indiciado a oportunidade de enxovalhar com a honra e a farda das autoridades. Tudo por um futebolzinho acontecido justamente nesta cadeia (MORAES, 2007, p. 27).

O padre conta sobre um sermão que aconteceu na matriz do padre Vincenzo, a igreja sempre lotada de fieis com “boas” e “más intenções”. Um dos slogans da época era “Brasil, Ame-o ou Deixe-o”, o que irritou o sacerdote. No sermão daquele dia falou que, diante da fome Jesus multiplicou o vinho.

Porém neste exato momento muitos carros em torno da igreja estão marcados por uma ameaça bastante severa: Brasil ame-o ou deixe-o. Assim dividindo os nossos irmãos em bons e maus brasileiros e quem tem autoridade para decretar isso? Para definir os bonzinhos e mandar os outros para longe de sua pátria? Não é justo irmãos. O que cristo nos sugere no evangelho de hoje é o gesto fecundo o gesto que multiplica. Como exemplo de gesto fecundo, multiplicador, vou contar uma pequena história acontecida no fim da Segunda Guerra Mundial. A Guerra terminara e um dia, durante um desfile em Moscou [...]. Quando chegou a vez dos soldados, alguns não passavam de adolescentes, entre todos se fez um grande silêncio de horror. [...] Aí uma camponesa rompeu o cordão de isolamento, caminhou na direção dos prisioneiros, abriu uma trouxinha que trazia, dela tirou um pão e ofereceu a um prisioneiro. [...] - Isso foi o suficiente para que a sacristia fosse invadida (MORAES, 2004, p. 81).

Carlos Moraes não se considerava nem de esquerda e nem de direita, e também não participava de nenhuma organização que apoiou o golpe, por parte da Igreja Católica. Como referido acima, o slogan da época, “Brasil Ame-o ou Deixe-o”, utilizado como propaganda do governo, é encontrado na denúncia no “Projeto Brasil Nunca Mais”: “Tão em uso nos automóveis de todos e inclusive atacando os militares que portavam tal dístico em seus carros, “do deixe-o” querendo convencer se poderia deduzir abolição das opiniões contrárias ao governo” (BRASIL NUNCA MAIS, p. 5).

A história da senhorazinha russa, contada por Moraes, foi “dissecada de todas as formas nos longos interrogatórios”. Percebe-se que na época não se podia falar sobre a União Soviética socialista, pois isso representava para os militares que Moraes era um “dito subversivo”. Um trecho que reflete a situação relatada pelo ex-sacerdote encontra-se no “Projeto Brasil Nunca Mais”, referindo-se mais uma vez ao sermão em que Carlos Moraes fala sobre a senhora pobre que “distribuía pães aos soldados alemães”. Tal sermão foi interpretado pelos militares da seguinte forma:

“Ditos” e “frases” que, se não revelam tendências ou intenções, correm pelo menos, o risco de provocarem dúvidas e serem interpretadas, por quem as ouviu, como segundas intenções, interpretações estas, sem dúvida alguma, extremamente perigosas, nefastas e prejudicial. Pode-se assim criar e deduzir a imagem de que o povo não tem culpa dos acontecimentos e de que não são conduzidos pelos seus chefes, pelo desejo de seu governo (a senhora apiedou-se dos soldados alemães vítimas do governo) Observação ao episódio criado pelo Pe Carlos, - o isolamento era perfeito, impedia que os oficiais fossem linchados mas que permitia uma senhora idosa alcançasse alimentos aos soldados-falta coerência. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 22).

Tio Clésio comenta sobre o controle dos militares sobre a população em duas ocasiões, relacionadas ao convívio com mulheres. “Pecá era uma grande amiga”, dizia ele, mas nunca tiveram um relacionamento, mesmo que os militares da época tenham chegado a investigar o relacionamento dos dois. Em outra ocasião ele e outra amiga, Micaela, foram chamados a prestar contas sobre uma via “Sacra no quartel para um Major do Exército” (MORAES, 2004, p. 154). Portanto os militares analisaram todo o comportamento de Moraes perante a sociedade, inclusive se seguia a moralidade em relação as mulheres exigida pela Igreja Católica em manter o celibato.

Carlo Moraes explica que “Perto do Carnaval veio o Faiéco me dar conta de nossa defesa junto ao Superior Tribunal Militar, em Brasília.” De acordo com seu relato, “A acusação, repetia ele, era inconscientemente, um monte de delírios municipais sem prova concreta, e

tecnicamente parece que eu havia sido enquadrado num artigo da Lei de Segurança e condenado por outro”. O que Carlos Moraes afirma é corroborado pelo que está no “Projeto Brasil Nunca Mais”, que informa que ele foi acusado de “Propaganda Subversiva” (1985, p. 1) devido a uma suposta carta, que os militares não conseguiram achar, mas que foi espalhada pela cidade sem identificação, ainda que atribuída a ele. Sua condenação, porém, foi por guerra psicológica adversa, presumivelmente pelos seus sermões incisivos e discursos nas rádios. Para seu advogado, mesmo que tenha sido condenado erroneamente, não se podia considerar que na apelação iriam inocentá-lo porque “em Ditadura nunca se sabe”, dessa última advertência “ele nunca abria mão”. De acordo com o processo inserido no “Projeto Brasil Nunca Mais”, Moraes foi processado e condenado por dois artigos da Lei, “artigo 45, inciso I do Dec. Lei nº 898 combinado com o Artigo 80 do Código Penal Militar” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 332). O artigo 45 “define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências”. Logo, uma das acusações de Carlos Moraes foi “guerra psicológica adversa”, presente na lei e combinada ao Artigo 80, que afirma que “não há crime continuado quando se trata de fatos ofensivos de bens jurídicos à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima”. Nesse sentido, a acusação defendia que as ações de Moraes eram sucessivas, e a vítima era o Estado, ou seja havia cometido diversos delitos em sequência.

A maior preocupação naquele momento, contudo, ainda era a “carta” que escreveu durante o seminário. Sua “carta” aparece em seu processo junto ao “Projeto Brasil Nunca Mais na denúncia perante a 2º Auditoria do 3º Conselho de Justiça Militar (C.J.M):

Desde 1964, merecia o denunciado ao cuidado das autoridades competentes, porque, ainda aluno do Seminário Maior de Viamão, neste Estado escrevera uma carta a uma aluna da Faculdade de Filosofia de Bagé endereçada não apenas a essa moça, mas toda juventude estudantil e onde o denunciado dizia que elementos da juventude católica estariam sendo acusados de comunistas, inocentes úteis e coisas assim (BRASIL NUNCA MAIS, p. 4).

Como referido acima, a preocupação maior era com essa carta, que tinha escrito logo após o golpe de 1964, e que se fosse encontrada poderia impedir sua absolvição. Assim, no livro Carlos Moraes explica a preocupação de seu advogado. Faiéco perguntou “afinal, aquela carta lá do seminário: tu escreveu mesmo? Respondeu Tio Clésio: Sim. O que escrevi, escrevi” (MORAES, 2004, p. 163). A justificativa de Carlos Moraes para a carta era a preocupação com

os jovens que estavam sofrendo perseguição, demonstrando que logo após o golpe as pessoas já começaram a serem investigadas. Explica ainda:

- No verão de 1964 eu dava assistência, como seminarista, a um grupo de jovens que trabalhava com o método de alfabetização Paulo Freire em dois bairros da cidade. Em abril veio a Revolução e o grupo sofre perseguição e foi hostilizado. – No chamado calor do momento, escrevi do seminário uma carta furibunda. Felizes os que sofrem perseguição por amor da justiça porque deles é o reino dos céus era a frase mais suave. Assim as pessoas tiraram muitas cópias sem a assinatura do autor, porém os militares conseguiram recuperar a original parando no processo ao qual respondia (MORAES, 2004, p. 163).

Porém a carta original, ou seja com seu nome, havia sido perdida, foi apenas citada, nunca foi localizada. A única prova concreta foi perdida. Assim como seu relacionamento com mulheres, que foi investigado sem que nada fosse encontrado. Os militares queriam saber se havia violado seus votos de castidade e assim condená-lo por crime moral. No processo, a acusação se referiu à carta como “idônea” e que mesmo que ela não tenha sido encontrada durante o processo, ela existia, porque pessoas que denunciaram eram “fontes confiáveis” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 337).

Ao analisar o processo e o livro, notei que no livro o autor pouco menciona seus discursos e comentários na rádio, já no processo aparece com bastante frequência. Carlos Moraes participava de um programa radiofônico chamado “O Céu e o Chão”, que fazia comentários sobre a religião Católica, proferindo discursos que eram interpretados pelos militares como de um comunista (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 12). Portanto a acusação defendia que:

Em outubro deste mesmo ano [1964], em programa que mandava ao ar pela Rádio Upucará, do vizinho município de Dom Pedrito e que se chamava “Céu e Chão”, o denunciado, além de pôr na boca de crianças que lhe eram dóceis e que tomavam parte no programa, tiradas tipicamente comunistas, tais como a que é reproduzida a fls.9, não teve dúvidas nesse programa de dizer que estavam na hora de glorificarmos os mártires do capitalismo. Até então só se glorificaria os mártires do comunismo. Estava na hora de exaltar os mártires do capitalismo, como Dom Helder Câmara (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 4).

Esta passagem do processo se refere ao arcebispo Dom Hélder Pessoa Câmara, que era um grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, e que, de acordo com o processo, era considerado contra o regime. Ao analisar brevemente o processo de Carlos Moraes no “Projeto Brasil Nunca Mais” e o seu livro com maior atenção, notei que, durante a denúncia ao Tribunal Superior Militar, são citados diversos comentários e sermões realizados

nas rádios da cidade e de cidades vizinhas, porém no livro Carlos Moraes ou Tio Clésio pouco comenta sobre seus comentários na rádio. Na denúncia se encontra o seguinte trecho: “Em todos os programas Radiofônicos, conferências, escritos e prédicas usa o método confuso. Diz uma coisa, dá entender outra, e explica tudo, quando chamado às falas, de um terceiro modo” (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 5).

Chega enfim o dia do julgamento no Supremo Tribunal Superior Militar, Carlos Moraes, é considerado inocente por unanimidade, o que se percebe em muitos processos em que a acusação se refere aos presos políticos muitas vezes sem nenhuma “comprovação” do que estão sendo acusados. Segundo o livro Brasil Nunca Mais, a linguagem predominante nas acusações eram: “adjetivada e nervosamente anticomunista” (1985, p. 151). Nas palavras dos ministros:

Insuficiente a prova do crime previsto no art. 45, inciso I, do doc. 398, de 29 de setembro de 1969, caracterizadora de propaganda subversiva de guerra psicológica ou subversiva, não pode autorizar uma condenação. Ausência de prova material de um dos fatos descritos na denúncia e enfatizado na sentença, ou seja a existência de uma carta que não se encontra nos autos, aceita como veículo de propaganda subversiva. Dá-se pavimento a apelação do acusado para absolvê-lo. (BRASIL NUNCA MAIS, 1985, p. 409).

O que se percebe ao longo do livro e do processo é que bastava qualquer fala que aparentemente fosse contra os militares para que a pessoa fosse acusada, e com a perseguição por parte dos militares a membros da Igreja Católica qualquer sacerdote estava vulnerável, aqueles que criticavam a situação de pobreza no país ou a exclusão de brasileiros, como o slogan “Brasil Ame-o ou Deixe-o”, que se não concordassem com o governo, teriam que deixar o país. Assim, Tio Clésio foi acusado e condenado por seus sermões incisivos, porém ao ser julgado pelo Tribunal Superior Militar concluíram que era inocente por não ter nenhuma prova, nem a carta que conseguiu que não aparecesse na íntegra durante o processo.

CAPÍTULO 3 – COMO SER “EDUCANDO” EM UMA CADEIA DO INTERIOR.

3.1 Experiências de Carlos Moraes na Cadeia Militar e Civil.

Neste capítulo pretendo analisar o período em que Carlos Moraes fica preso na cadeia militar e na cadeia civil. Utilizo como fontes o livro *Agora Deus vai te pegar lá fora* e parte da entrevista concedida por Carlos Moraes à Editora Record, em que fala sobre a cadeia. Pretendo, assim, compreender melhor como era ser preso-político tanto na cadeia militar quanto na cadeia civil. Pretendo compreender como ele era tratado nos dois locais, além de entender por que Carlos Moraes nega ter sido torturado. Como na cadeia civil, o autor passou maior tempo e tinha contato com outros presos comuns, e possuía um diretor, busco entender como eram essas relações.

Coincidemente o livro analisado nesta monografia, *Agora Deus vai te pegar lá fora*, surge no contexto do massacre do Carandiru, segundo o jornalista que entrevistou Carlos Moraes à Editora Record (2004, p. 2). Esse fato ocorreu, na verdade, em 2 de outubro de 1992, quando uma intervenção por parte da Polícia Militar de São Paulo para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, causou a morte de centenas de presos. Porém a recente publicação para a época, o livro *Estação Carandiru* (1999), de Dráuzio Varella, e o lançamento do filme *Carandiru: O Filme* (2003), de Héctor Babenco, suscitavam as discussões sobre o sistema carcerário brasileiro, um tema bastante em pauta ainda atualmente. Ao analisar autores que escreveram sobre a Literatura Carcerária Brasileira, Ovídio Poli Junior em sua dissertação argumenta que a “prisão acompanha a história da Literatura, sendo imenso o número de escritores que enfrentaram tal situação, em virtude de suas concepções políticas, religiosas ou morais” (2009, p. 13).

Carlos Moraes negou à Editora Record ter conhecimento tanto do livro quanto do filme: “Infelizmente não li nada ainda sobre o livro de Dráuzio Varella nem vi o filme” (2004, p. 2). Assim mesmo, insere-se naquele contexto de debates e é possível observar, em certa passagem do livro, uma crítica ao sistema carcerário, argumentando com certa ironia que como “educando” – o termo utilizado na época para definir os presos uma vez que a prisão supostamente “ensinaria” como se portar perante a sociedade – “aprendeu como cometer diversos crimes com seus colegas de prisão” (2004, p. 230). O termo “educando”, segundo

Janaína de Almeida Teles era bastante utilizado nas prisões do Rio de Janeiro, prisões rígidas com os presos que tinham que usar uniforme, e tinham determinado período de tempo para tomar banho de sol e um dia específico para receber visitas (2011, p. 214). Parece que a cadeia civil onde Carlos Moraes ficou mais tempo era mais flexível, mesmo utilizando o mesmo termo “educando”.

Carlos Moraes, através do seu pseudônimo Tio Clésio, narra dois momentos distintos de sua detenção. O primeiro é o seu confinamento no quartel, abordado pelo autor brevemente, dedicando apenas dois capítulos de sua obra, por ter ficado pouco tempo no local, convivendo diretamente com os militares, em uma sala na qual era vigiado constantemente. Possuía uma rotina semelhante à dos militares, era acordado com a “Alvorada tinha direito a uma hora de Sol por dia”. A ordem dada pelos superiores era que não podiam ter nenhum contato com o prisioneiro. O autor menciona uma figura ilustre na cidade, o “sargento Alaor”, que após servir anos ao Exército adquiriu problemas e era um guarda de trânsito informal na cidade que permitiu seu “banho de sol mesmo estando nublado” (MORAES, 2004, p. 12). Assim explica como foi seu banho de sol no quartel:

Entre três fuzis e uma metralhadora fui enfim conduzido a uma quadra cimentada de futebol de salão. No caminho o cabo me confessou baixinho: O senhor me desculpe. O atraso foi culpa minha. Me escondi no banheiro pra não vir lhe escoltar. O senhor não me conhece mas eu lhe conheço. Tô aqui porque preciso. Sua prisão é uma palhaçada e tem muita gente revoltada por aí (MORAES, 2004, p. 13).

Tio Clésio vai notando, assim, que durante seu tempo de prisão não foram todos que concordaram com sua condenação, por ser possivelmente uma figura carismática e um líder religioso na cidade. Em Agora Deus vai te pegar lá fora há, ainda, diversas outras passagens em que o autor relata visitas na cadeia civil em que as pessoas achavam sua prisão uma “palhaçada” e uma “injustiça”, sendo um tema relevante ao longo de toda a narrativa.

Tio Clésio nega que foi torturado, mas sim que foi torturado pelo “amor alheio”. Ao ficar na solitária, ficava perto do único telefone disponível, que ficava no corredor junto à sua porta. Assim “mal anoitecia, todos os recrutas apaixonados do batalhão ali vinham se acertar com as namoradas” (MORAES, 2004, p. 15). Ao iniciar esta pesquisa fiz uma entrevista informal com um ex-militar da cidade que serviu ao Exército no final da década de 1970, Roberto Marimon explica que – “No ano de 1977 fui preso por indisciplina, fiquei detido por um mês no Artilharia, em uma cela”. Perguntei a Marimon se realmente havia uma cadeia

militar?² – “Sim, O Artilharia é enorme, existe um lugar que tem celas e que militares indisciplinados ficam, cumpri 30 dias naquele local, uma laje em cima sendo vigiado por militares”. “Não sei se existe ainda hoje, mas durante a Ditadura o Artilharia e todas as outras unidades tinham celas”.

Proponho duas hipóteses para Carlos Moraes negar a tortura, uma passagem da entrevista que o autor fala que se nega a falar sobre os acontecimentos ruins, ou por ser uma figura carismática da cidade que se fosse torturado iria assim confirmar a tortura existente na cidade e no país, a qual o regime negava naquele momento.

Ao estar preso em um quartel, em uma sala comum sendo observado por militares que em suas atribuições normais não deveriam cuidar de um prisioneiro, defronta-se com sua real situação, uma vez que poderia ficar um ano “naquele quartel, naquele quarto e naquela vida” (MORAES, 2004 p. 16). Percebe que se sua situação não mudasse seriam dias muito difíceis pois ninguém interagia com ele, sentia falta de conviver com pessoas que não sentiam medo de se aproximar, sentia falta de jogar seu futebol. A situação de Carlos Moraes é comum a qualquer preso que sabe que terá que cumprir um determinado período de tempo, mas com um agravante por não ter contato com outros presos e não receber a presença de seu advogado. Tio Clésio faz uma reflexão:

Visitas medrosas, futebolzinho calado, e depois do jantar, aquele varejo nervoso de paixões. Pela primeira vez me senti preso e condenado e chorei como há anos não acontecia. Parece que pela primeira vez a prisão, a raiva e a injustiça se abatiam sobre mim, um sujeito tão longamente treinado para aguentar firme e sozinho. (MORAES, 2007, p. 16).

Quando Carlos Moraes foi transferido para a cadeia civil isso representou um alívio, pois, lá recebia a visita de seus advogados e familiares e mantinha relações com os outros presos comuns. Janaína de Almeida Teles afirma que para os “presos políticos da época a cadeia e os presídios civis representavam um alívio, pois tornava oficial e tinha um caráter legal” (TELES, 2011, p. 208). O ano que Carlos Moraes foi condenado (1972) fez parte de um movimento iniciado na década de 1970 por parte dos militares, que se caracterizou pela “dispersão dos presos políticos”, por diversas prisões espalhadas pelo país. De acordo com Teles (2011), os órgãos de repressão assumiam uma premissa que classificava os presos entre aqueles que eram considerados “irrecuperáveis” e os demais, supostamente “menos perigosos e combativos”.

² O Termo cadeia militar é o local em que um preso fica em uma dependência militar, neste caso um dos quartéis da cidade.

Assim essas “classificações variaram de acordo com o estado e de acordo com cada período visando a desestabilização e dificultando a vida dentro dos cárceres da Ditadura”. De acordo com a autora, os órgãos responsáveis pela repressão dividiam os presos políticos nas classificações padrões a qualquer preso, entre “indiciados” e “condenados” (p. 213).

Primo José, parente do Tio Clésio, foi quem conseguiu sua transferência para a cadeia civil da cidade, onde muitas vezes havia rezado missa. A partir daquele momento o padre, que estava preso em um quartel, passou a conviver com presos “comuns” que cometiam crimes não políticos (MORAES, 2007, p. 19). Assim, tinha uma rotina de preso comum, porém ainda sendo um preso político, com as consequências de uma pessoa presa pelos militares. Segundo Faiéco “o exército era responsável pela integridade de Tio Clésio”, assim qualquer coisa que acontecesse com ele o “exército que tomaria providências podendo retornar ao quartel”. (MORAES, 2004, p. 118). A sensação de insegurança e a possibilidade de voltar para o quartel para ser interrogado novamente, sem ter os benefícios que tinha na cadeia era uma de suas maiores preocupações. Janaína Teles (2011) argumenta que a prisão representava um “alívio relativo” pois várias pessoas foram retiradas desses locais e levadas para serem novamente torturadas: “Os militantes foram levados repetidamente aos centros de tortura e extermínio mesmo depois de já terem sido conduzidos aos presídios” (p. 209-210).

Ao ficar preso na cadeia civil a situação se tornou mais favorável a Tio Clésio por conhecê-la de seus tempos de seminarista e padre, quando fazia missas e sermões na capela da cadeia. De certa forma se sentiu em casa, pois como seminarista muitas vezes ia até a cadeia também para jogar futebol, tornando-se muitas vezes “capelão informal” (MORAES, 2004, p. 23).

Ao entrar na cadeia, Moraes passou pelos procedimentos comuns a qualquer preso como “tirar foto de perfil e de frente”. A seguir, foi apresentado ao diretor do presídio, Pompílio Fraga, ao qual disse que “sua presença era uma honra”. Ao entrar em sua cela pela primeira vez, sentiu a atmosfera de estar em um presídio: “Antes, ela não passava de uma minúscula dispensa e ainda cheirava um pouco a batata vencida”. Carlos Moraes era um dos poucos presos que possuía uma cela individual, somente Elza Soares e Péca, dois homossexuais que conheceu no tempo da cadeia, tinham o mesmo direito que ele (MORAES, 2004, p. 33). Tal situação também era contraditória em relação ao contexto nacional, em que a maioria dos presos políticos não possuía celas individuais:

A presença de outros prisioneiros em uma mesma cela diminuía a solidão e certa rotina vazia, monótona, repetitiva opressiva e mecanizada e controlada. Assim os presos políticos em geral ficaram alojados em celas compartilhadas, o que criou dificuldades de superlotação, mas modificou positivamente sua utilização do tempo e facilitou a ajuda mútua. (KOUTIZII APUD TELES, 2011, p. 215).

Embora de modo coadjuvante, *Agora Deus vai te pegar lá fora* conta a história de alguns presos comuns que viviam na cadeia, alguns com problemas psicológicos que, na época, eram presos em vez de serem tratados em hospitais psiquiátricos. Para Débora Ávila Arnold, o preso político possui um status social, político e cultural bastante diverso daquele preso comum. Deste modo, tanto a experiência em si, quanto a narrativa dessa experiência são cercadas de condições que não se apresentam da mesma forma em relação a um e a outro tipo preso: “O preso político conta com uma informação intelectual e letrada”, como se pode perceber no livro de Carlos Moraes, a maioria dos presos da cadeia civil não sabia nem ler nem escrever. A autora explica, ainda, as diferenças do preso comum em relação ao preso político. Perante a sociedade esse indivíduo representa “uma ameaça social por cometer assaltos, estupros, assassinatos, se for considerado culpado deverá cumprir pena, pelo tempo que a justiça determinar” (2014, p. 24). Ou seja:

A experiência carcerária do primeiro, em virtude da natureza de sua ação criminosa, não é positivamente qualificada, sobre sua prisão dificilmente pairará uma sensação de injustiça, ao contrário, há a sensação de que a lei foi cumprida e a justiça foi feita. Trata-se de um encarceramento motivado por delitos à luz do Direito, isto é, das leis que regem o país, e não de um ato deliberado de um regime autoritário, que pune com a prisão atos que são considerados criminosos, somente pela ótica do sistema repressor. (2014, p. 27).

Assim, Carlos Moraes conta como era a convivência com os presos que considerava amigos e também as história de seus crimes. Na cadeia, Tio Clésio foi conhecendo aos poucos o que cada preso tinha cometido, e “meio ao acaso que foi sabendo os crimes de cada um” (MORAES, 2004, p. 66). Um dos exemplos é a história de “seu Noé”, seu amigo da cadeia que “adorava cavalos”:

– Dizem que a mulher se sentiu preterida pelos cavalos, foi visitar uma prima em Jaguarão e não voltou mais. Por brigas de carreira acertou um tiro num vizinho, que não morreu, mas está com um problema na coluna e aqui está ele à espera de julgamento. É só muito aos poucos e meio por acaso que a gente vai sabendo os crimes de cada um. Tio Clésio dividiu os colegas presentes em dois grupos, os bronqueados e os resvalosos. Na área das drogas, sedução, roubo estão os resvalosos, uma turma complexa, mais xambuia que significa um difícil pantanoso, enrolado. Na dos

homicidas estão os bronqueados subdivididos por sua vez em acuados, emotivos e inocentes (MORAES, 2004, p. 66).

Carlos Moraes classifica como os presos eram de acordo com sua personalidade e de acordo com seus crimes. Também como cada setor da cadeia, abrigava e dividia os presos de acordo com seus crimes. Portanto Carlos Moraes explica a situação dos presos:

Os acuados são duros que só conhecem ataque e defesa. Os emotivos vivem à flor da pele, matam ou ferem num momento de raiva e porquê de alguma forma se sentem lesados no que consideram sua dignidade. São afetivos, moralistas e respeitados e bons amigos. Já os inocentes não sabem direito por que matam ou morrem. Também existe uma divisão geográfica entre crimes dentro do presídio. Ao norte, onde bate mais sol, encontram-se a sedução e afins, chegando a incluir os inadimplentes de pensão a ex-mulher. Logo ao sul do portão segue-se uma turma variada e leve, Xando Waldomiro e seu Noé. No extremo sul entrincheiraram-se os homicidas, os acuados bem no canto, os emotivos mais para cá (MORAES, 2004, p. 66-68).

Por ser o único preso político na cadeia, não havia para esta categoria de presos uma divisão, ficando então com os presos que cometem delitos leves, porém em uma cela única. Teles explica que a separação dos presos políticos variava dependendo de cada instituição, inclusive em alguns momentos os presos foram obrigados a conviver com a população comum no caso dos Presídios de São Paulo devido à lotação máxima. Para a autora, “o panorama do sistema carcerário com o qual tiveram que lidar os presos políticos brasileiros possuía peculiaridades e variações locais o que o tornavam particularmente multifacetário não sendo entretanto de se desconsiderar a genérica presença de péssimas condições de existência e os maus-tratos infligidos” (TELES, p. 223). Analisando a situação de Moraes, era impossível que a cadeia o mantivesse longe dos outros presos devido ao fato de ser o único preso político que cumpria pena, só se o mantivessem no quartel, mas por não ser militar acabou por ser transferido para a cadeia civil, permitindo a convivência com outros presos.

Após um mês de cadeia, Tio Clésio já podia dizer que tinha uma vida e criado uma rotina. As sete “acordavam ao sinal dos sinos do mal, como definiu, por oposição aos sinos da igreja onde morava antes”. Aí se reúnem para o primeiro mate em frente à cela do seu Noé. “Engraçado, na cadeia: nos separamos às sete da noite anterior, nada aconteceu desde então e mal amanhece ali estamos sofregamente reunidos, fraternalmente mateando como se há anos não nos víssemos” (MORAES, 2004, p. 75). Nota-se a necessidade de se manter relações humanas mesmo na cadeia. Quanto mais uma pessoa fica em uma situação hostil mais ela se adapta à situação. Teles, analisando a situação dos presídios políticos de São Paulo e Rio de

Janeiro, explica como os prisioneiros organizavam a rotina e formavam grupos para que mantivessem laços de amizades;

A criação de “coletivos” como eram conhecidos a maneira de organização dos prisioneiros à luz da necessidade de organizar rotinas e a própria sobrevivência. Em geral o coletivo envolvia toda a população da cela e tinha na solidariedade seu fator de aglutinação. Todos ou quase todos participavam da organização das celas, arrumar seus mocós, inventar modos de tornar a comida menos intragável, ler e escrever livros contrabandeados, e demais trabalhos artísticos- além de desenvolvimento de práticas lúdicas, como o carteado, o xadrez, dama, ping-pong, futebol e vôlei. Estas atividades eram fundamentais para a preservação da sanidade física e psíquica dos prisioneiros (TELES, p. 210).

Voltando para a rotina que tinha na prisão, Tio Clésio explica que em alguns momentos tirava um tempo para ele, para escrever e ler um pouco, refletir sobre Deus e sobre a sua situação após a libertação. Também explica mais como era a sua rotina até a hora que se fechavam as celas e fosse dormir.

Após o almoço, espelho que estou sesteando para ler um pouco, ouvir música. Atravessei uma tábua na minha poltrona para que possa ler, escrever, e até dar uma cochilada, aquela meio sem querer, a melhor. A cadeia nessa hora é um deserto. E depois disso mais futebol. – O futebol sempre me ajudou na vida. Às seis o último chimarrão ocorre após as brigas do banho. Perto das sete três guardas surgem no pátio sacudindo as chaves para o fechamento das celas. De vários pontos todas as tardes a mesma brincadeira se ouve: Olha a polícia! Olha a Polícia! (MORAES, 2007, p. 78).

Uma presença constante no contexto da cadeia civil no livro são as visitas que Tio Clésio recebia de seu pai, de seus colegas padres ou futuros ex-colegas, suas tias, seus amigos de infância, sendo que seu pai trazia a “marmita do almoço” (MORAES, 2004, p. 75). As visitas para os presos servia para matar a saudade de seus familiares e amigos como também para que recebesse “informações e alimentos” (TELES, 2011, p. 237). Para Tio Clésio “uma das visitas que mais o emocionou foi de Otacílio, pai de Faiéco”, seu advogado. – “A pequena cela já estava com lotação quase esgotada. Seu Otacílio sentou em um banquinho perto da porta e dali ficou farejando a chance de algum ofício” (MORAES, 2004, p. 47). Janaína Teles explica como as visitas eram essenciais para os presos.

As visitas eram essenciais para amenizar o isolamento imposto aos presos e estabelecer contato com o mundo exterior, com parentes e amigos. Eram os dias mais esperados. [...] Assim conectados com as notícias recentes trazidas pelos familiares, e as recentes lembranças deixadas pelos visitantes; sentia-se com força a saudade dos parentes, filhos e amigos e sonhava-se com o mundo lá fora (2011, p. 240).

Tio Clésio relata, ainda, como desconfiou de outro preso seu “Licínio que foi preso num contrabando de armas na fronteira”, por temer ser um espião a mando do Exército para observá-lo (MORAES, 2004, p. 123). Demonstra novamente a sensação de insegurança perante aos militares. Essa insegurança que está presente em outros tempos, como no Holocausto, em que os prisioneiros dos campos de concentração não sentiam segurança nem com outros prisioneiros dos campos por disputa de comida ou melhores condições nos campos, como em relação aos guardas e aos Kapos, que poderiam decidir sua vida a qualquer momento (POLLAK, 2010, p. 27) .

Também a cadeia acabou por se tornar um local onde construiu relações afetivas variadas. Aprendeu com “Ratinho” como assaltar uma loja, “dobrar uma calça várias vezes até que ela possa caber entre o cinturão e o joelho”. Já o “Rodney” ensinou como estourar um cadeado de “três maneiras” e o “Promotor” mostrou “os mapas da rede de esgoto que ele usava para escapar da polícia”. Moraes fazia brincadeira com tais acontecimentos: “Do jeito que a coisa anda, bem que um dia posso precisar e é muito importante saber onde entrar e onde sair. No mais, é só não ter medo de rato ou aranha. – Às vezes nem eu sei aonde essa minha reeducação toda pode me levar” (MORAES, 2004 p. 230). Teles explica que a situação precária era comum em vários presídios da época: “As condições carcerárias eram péssimas Em geral os cárceres eram locais sujos e depressivos” (2011, p. 210). Situação semelhante se deu com o presídio construído após a Ditadura Militar na cidade, o qual recebeu diversas vezes reclamações dos presos devido às condições de insalubridade, falta de telhados e das condições das celas. Tio Clésio explica como a chegada do inverno era preocupante para os presos.

O inverno chegou à cadeia, quando Negro Xandô deu uma volta no pátio oferecendo pequenos cobertores roxos com listras vermelhas aos apenados. Até na minha cela apareceu: Qual é o que vai querer, reverendo: o bicicleta ou tomara que amanheça? Como é o bicicleta? Curto. A gente passa a noite pedalando. E o tomara que amanheça? Fino, a gente passa a noite rezando. Fiquei com tomara que amanheça. (MORAES, 2004, p. 235).

Após dias de chuva e frio do inverno, “abriu o sol”, resolveram então formar um campeonato de futebol organizado de acordo com os crimes cometidos. Tio Clésio ficou com os do “crime de sedução” para completar o time, porque ninguém além dele estava preso por crime político naquela cadeia. Após o jogo da tarde do dia seguinte, Pompílio Fraga “interrompeu o jogo porque o torneio havia chegado aos ouvidos do juiz, que o considerou um autêntico desacato ao crime. Pompílio reuniu junto ao portão os suspeitos de sempre e ordenou

que o campeonato fosse suspenso” (MORAES, 2004, p.248). Esta situação demonstra que mesmo na cadeia os militares e juízes tinham controle sobre os presos, mesmo que a maioria das situações fossem controladas pelos guardas e diretores dos presídios, nesse caso da cadeia. Para Teles “a perspectiva dos militares e das autoridades carcerárias era a de anular, controlar e domesticar os presos e suas potencialidades reduzindo os estímulos e tudo que pudesse ajudar na organização de ideias e no exercício da inteligência e do corpo” (TELES, p. 215).

Ao receber a visita de Faiéco, Tio Clésio descobriu que seu julgamento junto ao Tribunal Superior Militar estava próximo, e que seu advogado “iria a Brasília para defendê-lo junto ao Tribunal e que o informante dos militares na cadeia era Waldomiro que não falou nada de ruim junto aos militares sobre o padre” (MORAES, 2004, p. 268).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Escolher um objeto de pesquisa ainda pouco estudado na cidade foi uma descoberta com aspectos positivos e negativos. O livro *Agora Deus vai te pegar lá fora* de Carlos Moraes é fragmentado, subdividido em partes, algumas vezes o ex-padre é autocrítico da sua situação, mas busca sempre preservar os momentos bons com seus companheiros de prisão e colegas de seu bairro. Embora a estrutura do livro seja em fragmentos, o autor consegue seguir uma linearidade composta por momentos desde sua infância até o tempo presente, sendo um monólogo interior de um preso político, ou seja, uma narrativa controlada e preocupada apenas em contar aspectos alegres com poucos momentos de raiva, tristeza. Carlos Moraes constrói uma narrativa consciente sobre o contexto em que viveu, de certa forma controlada, centrada em mencionar momentos que não foram dolorosos para o autor. As emoções são contidas, quando há emoção é seu irreverente humor, em que conta suas histórias geralmente sobre a perspectiva do futebol. Para o autor uma das cenas mais delicadas é a “sobre a existência de Deus e o sentido das igrejas se dá uma noite, madrugada adentro, depois de um jogo de futebol”. De fato o futebol aparece diversas vezes na narrativa de Moraes para aliviar o clima tenso, para utilizar o humor, até mesmo para refletir sobre Deus e sua relação com os companheiros de prisão. Carlos Moraes é um jornalista e escritor, o que se reflete em sua escrita, bem humorada e com sentidos duplos, ambivalentes, sobre seu livro.

O livro é escrito vários anos depois da Ditadura Militar e da maioria dos escritos de presos-políticos deste período, portanto Carlos Moraes teve muito tempo para refletir sobre esse tempo em que ficou preso. Talvez porque doía demais lembrar sobre sua prisão e, depois, pelo afastamento de seus amigos e familiares. Mesmo com tanto tempo passado, essas memórias não deixam de ser traumáticas.

Dentre as diversas possibilidades de pesquisa que me eram disponíveis sobre os presos políticos da cidade, decidi me centrar apenas no livro e trechos semelhantes do processo para melhor compreensão. Sendo assim, este trabalho teve por objetivo central analisar as experiências de Carlos Moraes como sacerdote e preso político da cidade, que correspondem à metade da década de 1960 e aos primeiros anos da década de 1970, mais especificamente os dois primeiros anos. É no prefácio do livro que o autor resume bem como a prisão fez com que Tio Clésio “tentasse entender porque foi condenado para entender melhor quem ele é e como o

mundo funciona”. Tio Clésio “consegue formar com os companheiros de cadeia um grupo bastante unido pelo futebol, o chimarrão e alguma filosofia” (MORAES, 2004). Os momentos em que o personagem tem maior liberdade é à noite, quando vai para o seu “zigurate” e reflete sobre a vida e sobre Deus. A frase que origina o nome do livro, segundo Tio Clésio, é de um amigo que escreve uma carta logo após sua libertação, “que dizia esta noite tive um sonho contigo, cuidado Agora Deus vai te pegar lá fora” (MORAES, 2004, p. 283). Seus amigos e familiares estavam preocupados com o que Carlos Moraes iria fazer após a sua libertação, pois não tinha um emprego e havia deixado seus serviços como padre, temiam assim, uma nova perseguição por parte dos militares. Para o autor aquela carta de certa forma “reordenava como padre”, pois mesmo destituindo-se de seus votos como padre, ainda era um cristão. Seu amigo de certa forma disse que agora Deus iria protegê-lo fora da prisão e da Igreja Católica.

Embora o livro não seja apenas centrado em seu período como preso-político ele testemunha uma época e assim permite que seja um importante documento sobre a memória dos presos políticos na cidade, que muitas vezes tem sua memória negada, tanto pela história oficial, ou pelo medo das perseguições por parte dos militares. Infelizmente não encontrei dados confiáveis, mas pelo que pude intuir e com conversas com as pessoas na cidade, percebi que a maioria dos presos, logo após o fim da ditadura militar ou ainda durante ela, se retiraram da cidade, devido à perseguição por parte dos militares. Muitos voltaram anos depois a morar no local, outros, como Carlos Moraes, nunca voltaram.

A busca por estas experiências de Carlos Moraes como preso-político orientaram todos os capítulos.

Já na primeira parte do capítulo um, busquei mostrar os aspectos gerais do livro, como uma literatura de testemunho, que se aproxima mais de um romance-testemunho, porque o autor faz uma pré-seleção, não contando os momentos ruins que viveu durante os interrogatórios pelos militares, como brigas e desafetos com seus colegas de prisão. O livro fica em uma zona ambígua entre o real e a ficção. A saudade de seus familiares e amigos que permaneceram na cidade motivaram Carlos Moraes a escrever o livro, e o sotaque gaúcho era um modo do autor lembrar de seus tempos no interior do Rio Grande do Sul. O pseudônimo que Carlos Moraes escolheu é uma forma de o autor não revelar seu nome, assim não recordar certos sentimentos ruins daquele período. A própria escolha do autor em não seguir uma ordem cronológica em seu texto, indo do presente para o passado e do presente ao futuro, demonstram que o autor não queria relembrar momentos ruins focando sempre em sentimentos bons, que o faziam feliz. O

futebol servia para que o autor também se libertasse destes sentimentos dentro da cadeia e fora dela, inclusive para explicar sobre Deus.

Deste modo, no subcapítulo “Sacerdócio e Teologia da Libertação”, busco entender seu sacerdócio a partir das leituras que fiz sobre a Teologia da Libertação e as mudanças dentro da Igreja Católica que o influenciaram ainda como seminarista e depois como padre. Carlos Moraes sentia-se revoltado com algumas situações dentro da Igreja Católica na cidade, como cristãos que eram considerados bons católicos por ajudarem a igreja, não ajudavam o próximo, se sentia também mal com alguns padres da época que estavam mais preocupados com o status da Igreja com seus membros da paróquia, em que se limitavam a apenas rezar missas e pregar salmos da bíblia, mas que não se importavam com o próximo. Carlos Moraes percebe que a Igreja Católica tinha interesse em manter o status quo da sociedade, que não queria mudar o sistema capitalista, mas apenas que as violações dos direitos humanos e a tortura acabassem.

No segundo capítulo analiso, a partir do julgamento, na perspectiva de Moraes, a perseguição por parte dos militares por qualquer cidadão que não fazia parte dos padrões de cidadão que os militares queriam, a mudança de Carlos Moraes para outra cidade devido ao medo da perseguição e à absolvição perante o Tribunal Superior Militar. As provas que a acusação defendia eram inconsistentes como a maioria dos processos dos presos-políticos, não se constituindo em provas concretas. O medo do comunismo rondava a todas as pessoas que concordavam com o regime autoritário, por isto foi uma injustiça Carlos Moraes ter sido preso, como dizia ele, por “crime de opinião” (MORAES, 2004, p.169), pois ao querer um país mais justo acabou por não concordar com todas as leis do governo militar sobre pessoas discordantes do governo.

No terceiro capítulo analiso as experiências de Carlos Moraes, como se sentia em casa na cadeia civil, a rigidez da cadeia militar. Busquei compreender o medo constante de Carlos Moraes em voltar para o quartel a onde viveria isolado de seus amigos e familiares. Durante a Ditadura Militar muitos presos após estarem na cadeia retornavam aos centros de tortura para que fossem novamente torturados. A cadeia, tanto para Tio Clésio como para os diversos presos-políticos espalhados pelo Brasil, representava uma sensação de alívio porque dava à prisão um aspecto de legalidade, como também poderiam receber visitas de seus advogados e familiares. Essas visitas proporcionavam ajuda com alimentos de melhor qualidade, um momento para que se esquecessem de sua situação como presos, de descontração devido às suas péssimas condições carcerárias. Carlos Moraes retrata em sua narrativa as péssimas condições dentro da cadeia, como o frio tornava as condições da cadeia ainda piores.

Foi neste capítulo que decidi abordar a questão de se o autor foi ou não torturado. Não é possível descobrir se foi ou não pois o livro pouco menciona sobre este aspecto, mas Carlos Moraes nega ter sido torturado, que permite pensar que ele tentou não mencionar os fatos ruins ou porque era um líder carismático na cidade e decidiu não revelar tudo pelo que passou. Por outro lado, ele pode simplesmente nunca ter sido torturado fisicamente, mas não podemos negar, assim mesmo, o forte trauma psicológico que uma prisão arbitrária deixa em qualquer um.

Atualmente, a cadeia onde Carlos Moraes ficou preso, localizada na rua Dr. Veríssimo, 222, foi desativada e se tornou uma espécie de novo mercado público para a cidade. Bagé não tinha mercado público até então, porque seu antigo prédio onde abrigava o mercado foi demolido ainda na década de 1923 para a construção de um hotel, construindo-se assim um presídio que diversas reportagens da cidade denunciaram as péssimas condições de carceragem, demonstrando, assim, que a situação pouco mudou desde a época em que Carlos Moraes cumpriu pena na cadeia, com péssimas condições para os presos.

Esta pesquisa foi realizada em um curto período de tempo, infelizmente não consegui explorar toda a potencialidade que as fontes permitem, ainda assim acredito que o objetivo principal que era compreender como este sistema repressivo aconteceu, e como era ser um preso político na cidade, foram alcançados. Com a realização desta pesquisa espero ter contribuído e talvez modificado ou pressionado a história oficial da cidade sobre o fato de que houve, sim, presos políticos na cidade e que merecem ter sua memória preservada, divulgada e reconhecida tanto pela sociedade, quanto nas escolas da cidade. Desta maneira, tive a chance de conhecer um pouco mais sobre a história e a memória deste preso-político. De forma alguma este trabalho será dado como conclusivo, pois, para que fique claro, somente no livro há diversas possibilidades de análise. Além disso, o processo de Carlos Moraes junto ao “Projeto Brasil Nunca Mais” abre outro leque de possibilidades. A continuidade do livro, *Desculpem sou novo aqui*, abre ainda mais o campo das pesquisas. Sem falar das memórias das pessoas que foram levadas a interrogatório e até presas, mas que não foram o tema desta pesquisa. Assim, espero que, no futuro, outros pesquisadores se interessem em continuar a trajetória de investigações que eu mesma também almejo levar adiante.

FONTES

Livro

Agora Deus Vai Te Pegar Lá Fora

MORAES, Carlos. *Agora Deus vai te pegar lá fora*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Entrevista

Entrevista concedida por Carlos Moraes a Editora Record

_____. (Interviewee) “Agora Deus vai te pegar lá fora”. Grupo Record. (2004). Disponível em: http://www.editorarecord.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=1422&id_entrevista=98 Acesso em: 6 de agosto de 2017

Projeto Brasil Nunca Mais

Processo de Carlos Moraes na Justiça Militar

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Acervo projeto Brasil Nunca Mais. São Paulo, BNM600, 1985, p.1-423. Disponível em:

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_06&PagFis=81713. Acesso em: 08 de outubro de 2017

REFERÊNCIAS:

ALVES. Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil(1964-1984)*. Petrópolis, Vozes, 1989. Disponível em

<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=2027>. Acesso em: 10 de setembro 2017

ARNOLD, Débora Ávila. Testemunho e violência na literatura de cárcere brasileira: Diário de um detento e Memórias de um sobrevivente. Pelotas, 2014. Dissertação (Mestrado em Letras), UFPEL, Programa de Pós Graduação em Letras.

ARNS, Dom Paulo Evaristo (org.). *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis, Vozes, 1985. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/memoria/nuncamais/bnm_tomo1_regime_militar.pdf Acesso em: 08 de outubro de 2017

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. Acervo projeto Brasil Nunca Mais. São Paulo, BNM600, 1985, p.1-423. Disponível em:
http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_06&PagFis=81713. Acesso em: 08 de outubro de 2017

BAUER. Caroline Silveira. O departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de estado e ação de polícia durante a ditadura civil-militar brasileira. *ÁGORA*, Cap. 5, p, 1-31, 2007.

BRASIL, Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências, Brasília, DF, 5 de nov, 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 18 de novembro de 2017

_____. nº 1.001, de 21 de outubro de 1969. Art.80 do código penal militar define que não há crime continuado quando se trata de fatos ofensivos de bens jurídicos inerentes à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima, Brasília, DF, 5 de nov. de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del1001.htm. Acesso em: 18 de novembro de 2017

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento*. FGV: Rio de Janeiro, 2015.

_____. Por que lembrar? A memória coletiva sobre o governo Médici e a ditadura militar. In: FILHO, Daniel Aarão Reis; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (org). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

LANZA, Fabio. Igreja Católica e Ditadura Militar(1964-1985). Memória dos Bispos Paulistanos sobre o Golpe Militar. In: II Simpósio Internacional sobre religiões, religiosidades e culturas, 2006.

_____. GUIMARAES, Luís Ernesto; MORAIS, Edson Elias de; SILVA, Claudia Neves da. A defesa dos direitos humanos no Brasil durante a Ditadura Militar (1964-1985): A presença da teologia da Libertação e da Arquidiocese de São Paulo. UNESP, Franca, p. 1-11, 2001.

Disponível em:

http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT21/GT21_Lanza_Guimaraes_Morais.pdf

Acesso em: 8 de outubro de 2017.

FERNANDES, Amanda Simões. A coordenação repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). In: PADRÓS, Enrique Serra. *Cone Sul em tempos de Ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013.

_____. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Porto Alegre, 2009. Dissertação de Mestrado (Programa de pós graduação em História). UFRGS.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda: os pilares básicos da repressão. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves, FERREIRA, Jorge. *O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais do século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. Conexões Letras, Porto Alegre, v.3, p. 61-66, 2008. Disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/55604> Acesso em: 8 de outubro de 2017

JOFFILY, Mariana. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na operação bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JUNIOR, Ovídio Polí. A pena e o cadafalso: observações sobre a literatura carcerária relativa ao período do Estado Novo. São Paulo, 2009. Tese de Doutorado (Literatura Brasileira), - Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A Lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Rev. Brasil. História.* vol. 17. n. 34, UFP. São Paulo 1997.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. *Lua Nova*[online]. 2004, n.62, pp. 45-68.

MORAES, Carlos. *Agora Deus vai te pegar lá fora*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. (Interviewee) “Agora Deus vai te pegar lá fora”. Grupo Record. (2004). Disponível em: http://www.editorarecord.com.br/autor_entrevista.asp?id_autor=1422&id_entrevista=98 Acesso em: 6 de agosto de 2017

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispanoamericano. In: (org). SELIGMANN-SILVA, Marcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos* 1983/3.

_____. A Gestão do Indizível. *Estudos Históricos* 1983/3.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ROLLEMBERG, Denise. “A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974”. MARTINHOS, Francisco Carlos Palomares (org.). *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2006.

_____. “Memórias no exílio, memórias do exílio”. FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. (orgs.). *As Esquerdas no Brasil. Revolução e democracia (1964...)*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Marcio. *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. In: _____ (org). Campinas: Ed. Unicamp, 2016.

_____. Literatura de Testemunho: os limites entre a construção e a ficção. In: Letras, 16, 1998, 9-37. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em 12 de setembro de 2017.

SCHMIDT, Benito Bisso. De quanta memória precisa uma democracia? Uma reflexão sobre as relações entre práticas memoriais e práticas democráticas no Brasil atual. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 22, p. 153-177, 2015.

SILVA, Gelson Pereira dos. A teologia da libertação e o impacto das comunidades eclesiais de base (CEBS) Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Revista Uel, p. 812-830.

Disponível em:

http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/a_teologia_da_libertacao_e_o_impacto_das_comunidades_eclesiais_de_base_cebs_durante_o_periodo_da_ditadura_militar_1964-1985.pdf. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da. *Os escritores da guerrilha urbana: Literatura de testemunho, ambivalência e transição política (1977-1984)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

SOUZA, Sara Cristina de. *Igreja Católica, política moral durante a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985)*. Revista Aulas. Campinas, n.4. p. 1-17, abril/julho de 2007. Disponível em: http://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_21.pdf. Acesso em: 7 de novembro de 2017

TELES, Janaína de Almeida. *Memórias do Cárcere da Ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. São Paulo, 2011. Tese de Doutorado (História Social) -

Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.